



**CLEVERSON FLORÊNCIO
CILENE MARGARETE PEREIRA**

**PRODUTO EDUCACIONAL
WEBSITE CURTA OS DIREITOS HUMANOS**

Três Corações

2020

**CLEVERSON FLORÊNCIO
CILENE MARGARETE PEREIRA**

**PRODUTO EDUCACIONAL
WEBSITE CURTA OS DIREITOS HUMANOS**

Produto educacional apresentado à Universidade Vale do Rio Verde (UninCor) como parte das exigências do Programa de Mestrado Profissional em Gestão, Planejamento e Ensino, para obtenção do título de Mestre em Gestão, Planejamento e Ensino.

Área de concentração: Gestão, Planejamento e Ensino

Linha de Pesquisa: Ação docente e formação de professores

Orientadora: Profa. Dra. Cilene Margarete Pereira

Três Corações

2020

342.7 :37

F632a FLORÊNCIO, Cleverson; PEREIRA, Cilene Margarete.

Produto educacional website Curta os Direitos Humanos –
Três Corações: Universidade Vale do Rio Verde, 2020.
61 fl.

Orientadora: Profa. Dra. Cilene Margarete Pereira

Produto educacional – Universidade Vale do Rio Verde de Três
Corações/ Mestrado Profissional em Gestão, Planejamento e
Ensino.

1. Direitos Humanos. 2. Educação em Direitos Humanos. 3.
Curta-metragem. 4. Escola. I. Profa. Dra. Cilene Margarete
Pereira. II. Universidade Vale do Rio Verde de Três Corações.
III. Título.

Catálogo na fonte

Bibliotecária responsável: ERNESTINA MARIA PEREIRA CAMPOS DANTAS CRB6: 2.101

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|-----------|
| FIGURA 1 – ABA DE ESCOLHA DO TEMPLATE | 14 |
| FIGURA 2 – ESCOLHA DO TEMPLATE "FOTÓGRAFO E DIRETOR DE ARTE" | 14 |
| FIGURA 3 - PÁGINA DE EDIÇÃO DO WEBSITE | 15 |
| FIGURA 4 – VERSÃO INICIAL DO WEBSITE CURTA OS DIREITOS HUMANOS | 16 |
| FIGURA 5 – PÁGINA INICIAL DO WEBSITE | 16 |
| FIGURA 6 – PÁGINA INICIAL DO PORTAL PORTA CURTAS | 17 |
| FIGURA 7 – ABA APRESENTAÇÃO | 20 |
| FIGURA 8 – ABA CURTAS RUA SÃO PAULO, AMAPÔ, A PESTE DE JANICE | 21 |
| FIGURA 9 – ABA CURTAS ILHAS DAS FLORES, 10 CENTAVOS | 21 |
| FIGURA 10 – ABA MATERIAIS DE APOIO (I) | 22 |
| FIGURA 11 – ABA MATERIAIS DE APOIO (II) | 22 |
| FIGURA 12 – ABA DEPOIMENTOS | 23 |
| FIGURA 13 – ABA QUEM SOMOS (I) | 24 |
| FIGURA 14 – ABA QUEM SOMOS (II) | 24 |
| FIGURA 15 – ABA CONTATO | 25 |
| FIGURA 16 – PÁGINA INICIAL DO WEBSITE | 26 |
| FIGURA 17 – RODAPÉ DO WEBSITE | 26 |
| FIGURA 18 – DESCRITIVO PARA ACESSAR AS PROPOSTAS | 27 |
| FIGURA 19 – ABA PROPOSTAS DIDÁTICAS DE A PESTE DE JANICE | 27 |
| FIGURA 20 – PROPOSTA DIDÁTICA DE A PESTE DE JANICE | 28 |

LISTA DE ABREVIACÕES

| | |
|---------------------|--|
| DUDH | Declaração Universal dos Direitos Humanos |
| EDH | Educação em Direitos Humanos |
| LDB | Leis e Diretrizes Básicas da Educação |
| BNCC | Base Nacional Comum Curricular |
| PNEDH | Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos |
| DH | Diretos Humanos |
| ONU | Organização das Nações Unidas |
| CAPES | Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior |
| UNESCO | Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura |
| PMEDH | Programa Mundial para a Educação em Direitos Humanos |
| PCNs | Parâmetros Curriculares Nacionais |
| PNEDH | Plano Nacional de Educação em Direitos |
| LGBTQI+... | Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgênero, Queer, Interssexuais, e todas as outras orientações sexuais, identidades e expressões de gêneros |

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| APRESENTAÇÃO | 7 |
| PRODUTO EDUCACIONAL: WEBSITE CURTA OS DIREITOS HUMANOS..... | 9 |
| REFERÊNCIAS..... | 54 |

APRESENTAÇÃO

Olá, professora, olá professor!

O website *Curta os Direitos Humanos* é um produto educacional resultante da pesquisa **Audiovisual e Direitos Humanos: o uso do curta metragem na escola**, desenvolvida no Programa de Mestrado Profissional em Gestão, Planejamento e Ensino, da Universidade Vale do Rio Verde (UninCor/Três Corações/MG). A pesquisa, do tipo aplicada, de natureza bibliográfica e abordagem qualitativa, teve o objetivo de refletir sobre temas relativos aos Direitos Humanos por meio do audiovisual, particularmente do filme de curta metragem, entendido como objeto cultural e ferramenta de trabalho do professor em sala de aula. Essa reflexão se deu a partir de dois tópicos principais: (1) o que são os Direitos Humanos e a promoção da Educação em Direitos Humanos e (2) a relação entre cinema e escola.

Para tanto, destacamos a história dos Direitos Humanos e de suas gerações, mostrando que estes não são conclusos e estáticos, mas se constroem/se movem por meio de lutas sociais diárias. Embora os Direitos Humanos sejam universais, isto é, devam alcançar a todos de igual maneira, há grupos sociais que merecem mais atenção, visto que se encontram em situação de maior vulnerabilidade do ponto de vista político-jurídico, social-econômico que outros, sendo entendidos, pois, como grupos minoritários.

No que diz respeito à relação entre cinema e educação, nossa reflexão se voltou para o entendimento de como pesquisadores do campo da Educação, do Cinema e das Mídias pensavam o uso do audiovisual na escola. A intenção foi destacar o cinema como um como artefato artístico de representação do mundo construído por meio de uma linguagem específica, associado à mídia-educação. Nesse caso, a utilização do cinema no espaço escolar pode mobilizar a reflexão sobre realidades diversas da experiência concreta de alunos e professores, promovendo o exercício crítico social, cultural e político de seus fruidores e a construção de processos de alteridade(s), aliando-se, assim, ao estudo dos Direitos Humanos.

Acreditamos, conforme Fantin, que “a educação pode abordar o cinema como instrumento, objeto de conhecimento, meio de comunicação e meio de expressão de pensamentos e sentimentos” (FANTIN, 2007, p. 1), podendo levar seu espectador a um processo de construção da alteridade, sendo, portanto, um instrumento socializador de “encontros das mais diferentes naturezas: de pessoas com pessoas [...], das pessoas com elas mesmas, das pessoas com as narrativas nos filmes, das pessoas com as culturas nas diversas representações fílmicas e das pessoas com imaginários múltiplos, etc.” (FANTIN, 2007, p. 3).

O website Curta os Direitos Humanos foi criado para ser um instrumento para auxiliar professoras e professores na sua capacitação para o estudo dos Direitos Humanos em sala de aula, considerando sobretudo o segmento escolar Ensino Médio, “no qual os índices de aprendizagem, repetência e abandono são bastantes preocupantes”, representando “um gargalo na garantia do direito à educação” (BRASIL, 2018, p. 5, 461), conforme aponta a **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**, documento de 2018.

A perspectiva de valorização dos Direitos Humanos é exposta na BNCC a partir das competências gerais que devem ser desenvolvidas nos alunos, tais como conhecimento, pensamento científico, crítico e criativo, empatia e cooperação e responsabilidade e cidadania. (CF. BRASIL, 2018, p. 9-10). Expressões como “sociedade justa, democrática e inclusiva”, “entendimento mútuo”, “exercitar a empatia [...], com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e grupos sociais”, “tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários” (BRASIL, 2018, p. 9-10), conforme vemos, respectivamente, nas competências 1, 4, 9 e 10 apontam como as pautas relativas aos Direitos Humanos são não só fundamentais, mas obrigatórias de serem tratadas no ambiente escolar, sobretudo da Educação Básica. A competência 7 resume bem esse espírito ao afirmar que a Escola deve desenvolver no aluno a capacidade de “formular, negociar e defender ideias, pontos de vistas e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável” (BRASIL, 2018, p. 9)

Além disso, os **Parâmetros Nacionais Curriculares (PCNs)**, documento de 1997, já concebia a ideia de temas transversais, considerados estes em face de sua atualidade, tais como a discussão sobre Ética; Orientação Sexual; Meio Ambiente; Saúde; Pluralidade Cultural e Trabalho e Consumo, temas esses que se vinculam diretamente com os curtas-metragens escolhidos para a construção desse material educacional.

Desejamos a você, professora/professor, uma ótima experiência com o website Curta os Direitos Humanos!

Cleverson Florêncio
Cilene Margarete Pereira

PRODUTO EDUCACIONAL: WEBSITE CURTA OS DIREITOS HUMANOS

Este texto objetiva apresentar o material/produto educacional website Curta os Direitos Humanos, criado para auxiliar o professor do Ensino Médio no estudo dos Direitos Humanos (DH) no espaço escolar, utilizando, para isso, filmes de curtas metragens. Tratamos de apresentar, nesse sentido, o percurso de construção do material/produto educacional citado, elemento obrigatório e fundamental em um Programa de Mestrado Profissional, para uso em condições reais no espaço de trabalho, que tenha sido aplicado por seus criadores e que tenha aplicabilidade, isto é, possa ser replicado e reaplicado, ainda que com reformulações, por outros profissionais da área. A aplicação do material educacional se deu na Prática de Estágio Supervisionado, que ocorreu no terceiro período do curso e sobre a qual falaremos no final deste texto.¹

Segundo a Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), o objetivo de um Mestrado Profissional é

[...] capacitar profissionais qualificados para o exercício da prática profissional avançada e transformadora de procedimentos, visando atender demandas sociais, organizacionais ou profissionais e do mercado de trabalho; de transferir conhecimento para a sociedade, atendendo demandas específicas e de arranjos produtivos com vistas ao desenvolvimento nacional, regional ou local; de promover a articulação integrada da formação profissional com entidades demandantes de naturezas diversas, visando melhorar a eficácia e a eficiência das organizações públicas e privadas por meio da solução de problemas e geração e aplicação de processos de inovação apropriados; além de contribuir para agregar competitividade e aumentar a produtividade em empresas, organizações públicas e privadas.²

A partir desses objetivos, a Capes recomenda que o trabalho de final de curso de um Mestrado Profissional esteja “vinculado a problemas reais da área de atuação do profissional-aluno e de acordo com a natureza da área e a finalidade do curso, podendo ser apresentado em diversos formatos.”³

No caso de nossa pesquisa, desenvolvida em um Programa de Mestrado Profissional em Ensino, além desta dissertação, na qual se localizam discussões fundamentais sobre os temas DH, Educação em Direitos Humanos (EDH), documentos educacionais relativos à Educação Básica, Cinema e Educação, apresentamos também, como resultado final, o material/produto educacional citado acima, conforme dispõe o documento da área Ensino da Capes:

¹ Devido à Pandemia da Covid-19, que fechou as escolas para atividades presenciais, a Prática de Estágio Supervisionado foi realizada entre o terceiro e o quarto período do curso, entre abril e outubro de 2020, de forma remota, no Colégio de Aplicação da Universidade Vale do Rio Verde, em Três Corações/MG.

² Disponível em <http://www1.capes.gov.br/en/perguntas-frequentes>. Acesso em 14 de mai. de 2020.

³ Disponível em: <https://www.capes.gov.br/avaliacao/sobre-a-avaliacao/mestrado-profissional-o-que-e>. Acesso em 23 de out. 2020.

[...] os Programas da Área de Ensino, focam as **pesquisas** (expressas em artigos, livros e trabalhos em eventos) e **produções** (expressas em processos, materiais, tecnologias educacionais e sociais, propostas educativas, políticas públicas) em Ensino de determinado conteúdo, buscando interlocução com as Áreas geradoras dos conhecimentos a serem ensinados.⁴ (grifos nossos)

Em relação ao Programa de Mestrado Profissional em Gestão, Planejamento e Ensino, ao qual se vincula esse trabalho, destacamos dois de seus objetivos específicos, observados na realização desta pesquisa:

- Desenvolver pesquisas aplicadas, elaborando projetos, produtos, programas e portfólios compatíveis com inovação científica no campo da gestão de instituições educacionais.⁵
- Preparar gestores educacionais e professores para uma formação ética e solidária, pautada nos princípios da dignidade humana, dotados de autonomia e capazes de analisar criticamente a realidade social e escolar.⁶

Os objetivos específicos citados se concretizam a partir da construção de uma dissertação e de um material/produto educacional derivado dela para uso em sala de aula, com o fim de auxiliar na formação de docentes da Educação Básica para a EDH, pautada, conforme preveem os objetivos do Programa, “nos princípios da dignidade humana”.

Nossa dissertação e nosso material/produto educacional se associam à linha de pesquisa “Formação de professores e ação docente”, que

Tem como foco o processo de formação de professores e seu papel no sistema educacional, considerados nos contextos histórico, político, cultural e social. Estuda a prática docente no desenvolvimento e implantação de projetos e processos na área de ensino, presenciais e a distância, no uso de material didático e de novas tecnologias. **Desenvolve competências e habilidades para planejar, elaborar materiais educacionais**, programar, implantar e avaliar o cenário multicultural do espaço escolar, articulando projetos aos processos educacionais de aprendizagem formal e não formal.⁷ (grifos nossos).

Esta dissertação e o material/produto educacional derivado dela foram desenvolvidos no projeto de pesquisa “Ação docente e inclusão social: práticas e reflexões a partir das artes”, sob responsabilidade da Profa. Dra. Cilene Pereira, orientadora do trabalho. O projeto prevê, por meio de uma abordagem teórico-prática, a discussão de temas

[...] relativos à exclusão social (pobreza, violência, raça-etnia, gênero, diversidade sexual, classe social, deficiências, etc.) e Direitos Humanos como chave para a inclusão social, potencializando a reflexão de alunos de escolas públicas e privadas sobre a sociedade contemporânea, tendo como ponto de partida manifestações

⁴ Disponível em: https://educimat.cefor.ifes.edu.br/images/stories/DOCUMENTO_AREA_ENSINO_24_MAI0.pdf. Acesso em 23 de out. 2020.

⁵ A Capes tem adotado, por sua abrangência semântica, o termo produto educacional para designar práticas resultantes de pesquisas desenvolvidas em Mestrados profissionais que são aplicadas e possuem aplicabilidade em contextos específicos.

⁶ Disponível em: <https://www.unincor.br/objetivos-mestrado-gestao-planejamento-ensino>. Acesso em 23 de out. 2020.

⁷ Disponível em: <https://www.unincor.br/linhas-de-pesquisa-mestrado-gestao-planejamento-ensino>. Acesso em 23 de out. 2020.

culturais diversas (literatura, cinema, música, artes visuais, etc.) canônicas e não canônicas, eruditas e populares e/ou de massas, sem atribuição de valores. [...] O projeto propõe, ainda, pensar a relação exclusão-inclusão social de grupos minoritários em uma perspectiva dialética, atentando para a construção de material bibliográfico (artigos, capítulos e livros) para uso de professores na elaboração de suas aulas.⁸

A narrativa acima tem por objetivo contextualizar melhor a pesquisa e o material/produto educacional desenvolvidos em face de suas condições de produção, associado a um Programa de Mestrado Profissional da área de Ensino, em uma linha de pesquisa voltada para a formação/capacitação docente e dentro de um projeto de pesquisa que mobiliza conhecimentos e temas relativos aos DH e às artes.

Considerando este contexto, retomamos o objetivo geral da pesquisa: refletir sobre os DH e a relação entre audiovisual e educação, compreendendo o cinema como objeto cultural e ferramenta de trabalho do professor em sala de aula. Essa reflexão, disposta nos capítulos 1 e 2 da pesquisa, é o ponto de partida para criação de material/produto educacional destinado à formação docente e para uso em sala de aula, para o estudo dos DH, com o propósito de estabelecer uma cultura de EDH na escola.

O material/produto educacional criado, denominado Curta os Direitos Humanos, é, conforme dissemos, um website destinado a auxiliar a formação docente em DH, considerando a utilização de curtas metragens e de propostas didáticas de sua aplicação, voltado para o segmento escolar Ensino Médio, atendendo a competências gerais da **Base Nacional Comum Curricular**, no que diz respeito ao desenvolvimento do conhecimento, do pensamento científico, crítico e criativo, da empatia e cooperação e responsabilidade e cidadania (CF. BRASIL, 2018, p. 9-10) em discentes da Educação Básica. Além disso, o material/produto educacional aqui descrito promove um diálogo direto com os **Parâmetros Nacionais Curriculares**, no que diz respeito aos temas transversais, sobretudo os referentes aos conteúdos de Ética; Orientação Sexual; Meio Ambiente; Pluralidade Cultural e Trabalho e Consumo, materializados pelos curtas metragens escolhidos para composição do site.

O website Curta os Direitos Humanos foi criado para ser compreendido dentro da perspectiva multidisciplinar, já que se trata de temas que podem ser abordados em todas as áreas de conhecimento considerando qualquer uma das competências gerais da Educação Básica elencadas pela BNCC, fazendo com que

[...] evidencie a contextualização, a diversificação e a transdisciplinaridade ou outras formas de interação e articulação entre diferentes campos de saberes específicos, contemplando vivências práticas e vinculando a educação escolar ao mundo do

⁸ Disponível em: <https://www.unincor.br/projetos-de-pesquisa-mestrado-gestao-planejamento-ensino#acao-docente-e-inclusao-social-praticas-e-reflexoes-a-partir-das-artes>. Acesso em 23 de out. 2020.

trabalho e à prática social e possibilitando o aproveitamento de estudos e o reconhecimento de saberes adquiridos nas experiências pessoais, sociais e do trabalho (BRASIL, 2018, p. 4).

O website Curta os Direitos Humanos disponibiliza conteúdos que poderão ser utilizados por professores de qualquer formação e área de conhecimento, desde que sintonizados com o tema dos DH. No website Curta os Direitos Humanos estão considerados textos de apoio a professores, oriundos de artigos científicos, documentos oficiais, vídeos, etc., ligados tanto aos temas quanto aos curtas selecionados para reflexão em sala de aula.

Para a seleção dos curtas que compõe o material educacional, utilizamos como banco de dados o Portal Porta Curtas, disponível em <http://portacurtas.org.br/Especial/>.

O Porta Curtas é um projeto que visa não apenas trazer os melhores curtas-metragens brasileiros para a internet, mas também formar um painel representativo da produção nacional de curtas em termos de décadas, técnicas, tendências e elencos. O Porta Curtas é pioneiro na Internet nacional, pois todos os curtas disponíveis são exibidos em sua forma original, sem cortes, e os direitos autorais dos criadores são sempre respeitados. Por dez anos, o Porta Curtas teve patrocínio da Petrobras. Agora, o projeto vem sendo parcialmente sustentado pelo Canal Curta! e segue buscando novos parceiros. A principal diferença entre o Porta Curtas e os demais sites que exibem filmes é que o objetivo principal do projeto é promover os curtas também através de outros sites, garantindo assim uma difusão mais ampla. Webmasters, editores e blogueiros podem escolher filmes que sejam adições interessantes ao conteúdo de seus sites e receber um link que permite que o curta seja exibido a partir deles. A disponibilização de links para outros sites é um serviço automático e gratuito para todos.⁹

A ideia foi trabalhar com curtas acessíveis a professores e alunos do Ensino Médio. Para a seleção dos curtas, consideramos questões como: (1) faixa etária e escolar; (2) abordagem do filme e objetivo didático-pedagógico; (3) temáticas concernentes aos DH.

O website Curta os Direitos Humanos foi desenvolvido utilizando plataforma online *Wix.com*, que permite a criação de websites de forma gratuita e facilitada, tendo em vista seus *templates* dinâmicos e intuitivos. O website Curta os Direitos Humanos conta com abas de conteúdos vinculadas à página principal do website, cujo acesso se dá através de um clique. São elas, respectivamente:

- Apresentação: Apresentação inicial do website, que explica ao leitor/professor que se trata de um material educacional desenvolvido como produto para o Mestrado Profissional em Gestão, Planejamento e Ensino, da Universidade Vale do Rio Verde.

⁹ Disponível em: <http://portacurtas.org.br/faq/categoria.aspx?ifaq=6>. Acesso em: 17 nov. 2019.

- Curtas: Aqui se encontram links de acesso aos curtas selecionados, com direcionamento através de um click ao website Porta Curtas, onde o professor terá a possibilidade de assistir ao curta.
- Propostas Didáticas: São dispostas propostas didáticas para uso dos curtas metragens selecionados em sala de aula, de modo que o professor as aplique de imediato em suas aulas, necessitando claro de um estudo prévio das mesmas, bem como assistir aos curtas indicados. As propostas trazem informações relativas às competências gerais e específicas, tema da aula, conteúdo programático, etc.
- Materiais de Apoio: Inserção de textos diversos, funcionando como apoio ao professor para construção de atividades pedagógicas e para a reelaboração de atividades propostas, bem como para o conhecimento amplo de documentos oficiais relativos aos DH.
- Depoimentos: Aba destinada à participação de professores e alunos, com relatos, fotos e vídeos experienciando os DH na escola a partir do audiovisual e da proposta do website Curta os Direitos Humanos.
- Quem somos: Apresentação de breve currículo e de foto dos idealizadores do projeto, bem como link para o currículo lattes.
- Contato: Acesso aos contatos dos idealizadores do projeto.

Feita essa exposição, passamos à apresentação do processo de construção do website Curta os Direitos Humanos. Inicialmente, fizemos uma pesquisa sobre a utilização de websites gratuitos, chegando à plataforma *Wix.com*, que permite a criação e edição de websites a partir de uma linguagem de programação específica. *Wix.com* oferece aos usuários da Web a possibilidade de criar um website profissional, independentemente de conhecimento prévio em programação ou design, já que se trata de uma ferramenta intuitiva. Após a seleção dessa plataforma, foi feito um cadastro para a obtenção de um domínio *on-line* grátis, o que também é ofertado pela *Wix.com*. O domínio disponível foi o <https://curtadireitoshumanos.wixsite.com/meusite>, tornando-se este o endereço oficial do website Curta os Direitos Humanos.

A plataforma *Wix* oferece *templates* (modelos e exemplos prontos para facilitar a abordagem e a construção do website), dos quais foi escolhido um que atendia à realidade do website a ser desenvolvido, bem como a inclusão das abas já citadas acima.

Analisando os tipos disponíveis, pensamos que o website Curta os Direitos Humanos se associava melhor, por meio de seu *template*, ao “Portifólio e CV”:

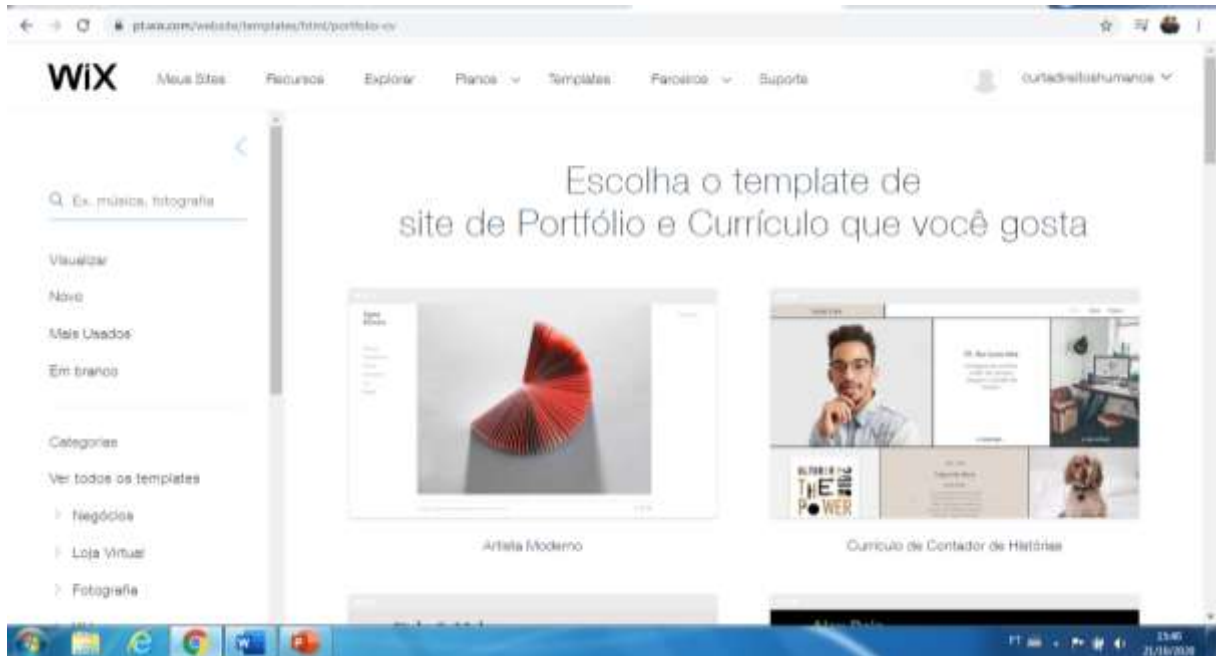


Figura 1 - Aba de escolha do *Template*

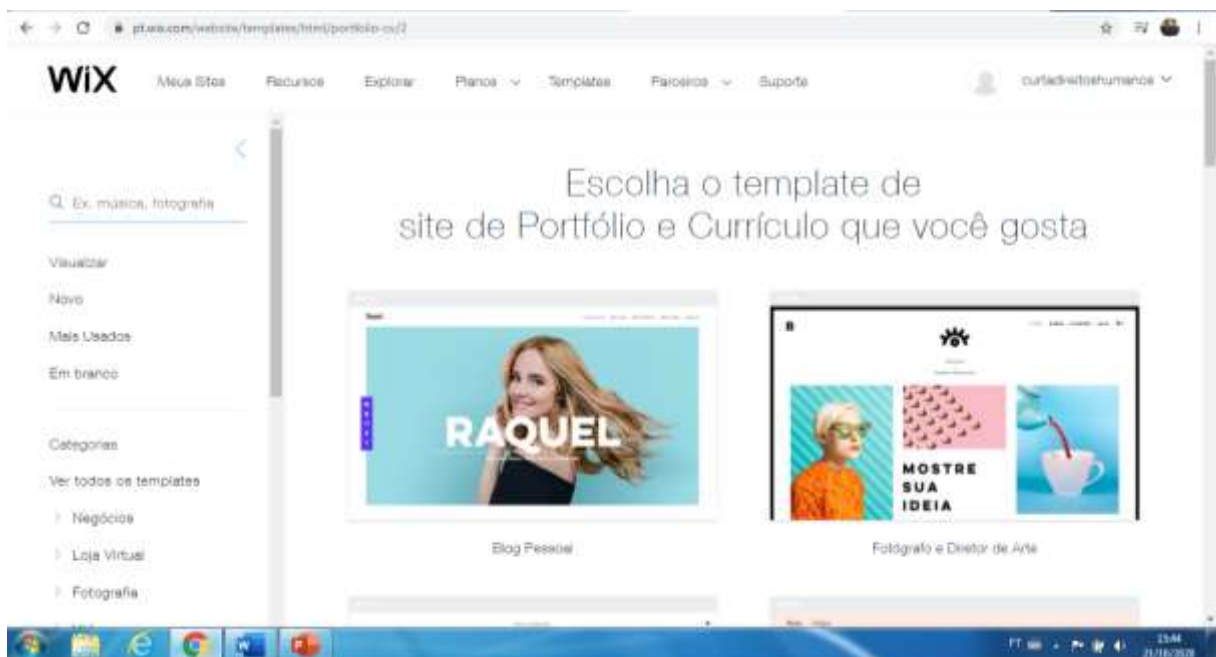


Figura 2 - Escolha do *Template* "Fotógrafo e Diretor de Arte"

Com a escolha do *template* realizada, passamos para a formatação gráfica do website, para o qual foi preciso criar uma logo e um modelo próprio, evitando com isso problema relativos a plágio e para que o website fosse único e inovador.

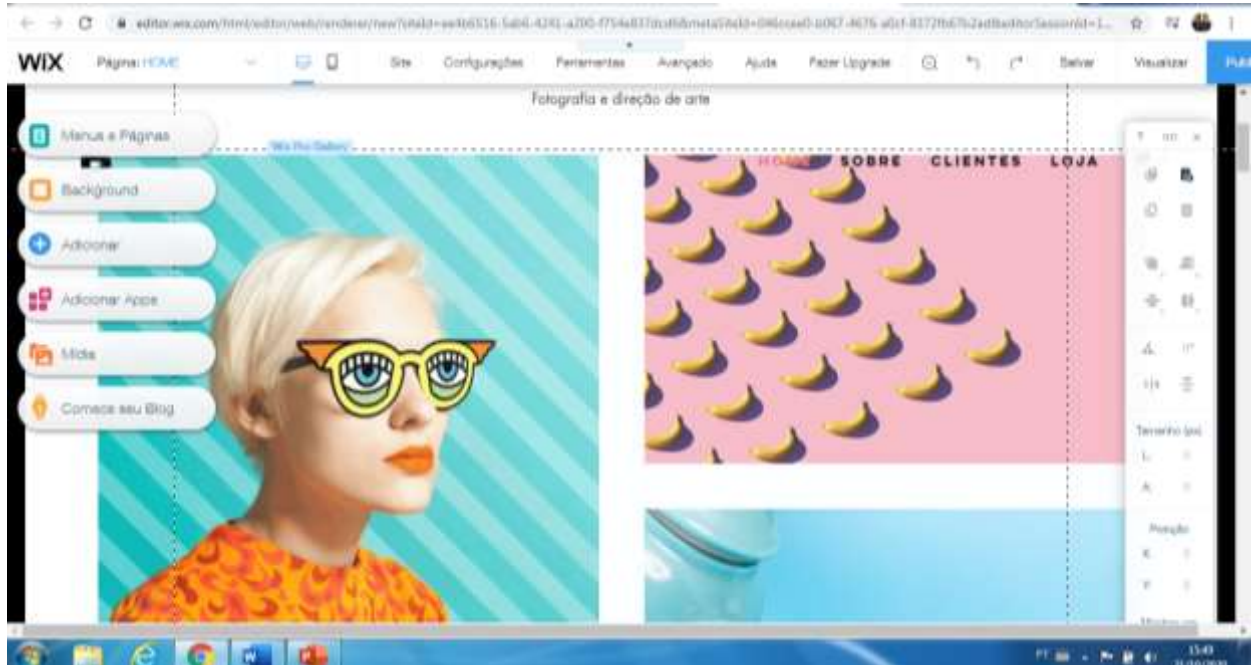


Figura 3 - Página de edição do website

Depois de muito trabalho, chegamos a uma versão inicial da capa e da organização do website Curta os Direitos Humanos, versão que foi apresentada em alguns eventos científicos dos quais participamos.¹⁰

¹⁰ IX Encontro Tricordiano de Linguística e Literatura, ocorrido em outubro de 2019; II Seminário em Gestão, Planejamento e Ensino, realizado em novembro de 2019. Na ocasião de apresentação de trabalhos nestes dois eventos, apresentamos a página inicial do site e suas abas, acolhendo as opiniões dos participantes do evento.



Figura 4 – Versão Inicial do website Curta os Direitos Humanos

A partir da primeira arte, o website começou a criar cara e design próprios. Estimulados pelos comentários ouvidos nas apresentações iniciais que fizemos do website, optamos por reformular a arte e alterar a ordem de suas abas, conforme vemos na figura abaixo:



Figura 5 – Página Inicial do website

Durante esse processo, outro acontecia, relativo à seleção dos curtas metragens. Nesse momento, já havíamos definido o **Portal Porta Curtas** como repositório ao qual iríamos recorrer para seleção dos curtas metragens sobre os quais faríamos uma proposta didática.



Figura 6 - Página inicial do Portal Porta Curtas

Essa escolha se deu devido à organização e estrutura do portal, bem como ao número elevado de curtas metragens disponíveis para exibição gratuita. O Portal tem atualmente 12.163 curtas metragens catalogados e 1.389 curtas metragens disponíveis para exibição.¹¹

Inicialmente, a seleção compreendeu dez curtas metragens de dezenas e dezenas de curtas assistidos, considerando, conforme já exposto, os seguintes aspectos: (1) faixa etária e escolar; (2) abordagem do filme e objetivo didático-pedagógico; (3) temáticas concernentes aos DH. Os dez primeiros curtas selecionados para composição do website foram:

VIDAS NO LIXO

Documentário de Alexandre Stockler, ano 2008, duração de 15 min. São Paulo.

Elenco: Crisleide Carvalho de Mello, Grazielle Carvalho de Paula, Leandro da Silva Messias.

Sinopse: O filme mostra crianças e adolescentes que vivem do lixo. Enquanto reviram sacos de lixo pelas ruas e recolhem materiais úteis para vender a empresas de reciclagem, crianças - que se alimentam deste mesmo lixo - falam sobre suas vidas, suas famílias, seus sonhos e desejos de estudar, mas logo sua avassaladora realidade se impõe com a gravidez inesperada de uma menina de 14 anos.¹²

RATOS DE RUA

Animação de Rafael de Paula Rodrigues, ano 2003, duração de 5 min. Rio de Janeiro.

¹¹ Disponível em: <http://portacurtas.org.br/filmes/>. Acesso em 23 de out. 2020.

¹² Disponível em: http://portacurtas.org.br/filme/?name=vidas_no_lixo. Acesso em 23 de out. 2020.

Sinopse: Uma crítica social ao descaso em que são tratadas as nossas crianças, o futuro do nosso país. Para ver e refletir.¹³

10 CENTAVOS

Ficção de Cesar Fernando de Oliveira, ano 2007, duração de 19 min. Bahia.

Elenco: Fernando Fulco, Frank Magalhães, Jorge Júnior, Narcival Rubens, Paulo Prazeres, Stela Voutta.

Sinopse: Um dia na vida de um garoto que mora no subúrbio ferroviário de Salvador e trabalha como guardador de carros no centro histórico¹⁴.

O QUINTAL DOS GUERRILHEIROS

Ficção de João Massarolo, ano 2005, duração 15 min. São Paulo.

Elenco: Caio Blat, Cynthia Falabella, Rafael Primo.

Sinopse: Durante o governo militar, três amigos se reúnem no quintal de uma casa para destruir livros e discos suspeitos.¹⁵

O XADREZ DAS CORES

Ficção de Marco Schiavon, ano 2004, duração 22 min. Rio de Janeiro.

Elenco: Anselmo Vasconcellos, Mirian Pyres, Zezeh Barbosa.

Sinopse: Cida, uma mulher negra de quarenta anos, vai trabalhar para Maria, uma velha de oitenta anos, viúva e sem filhos, que é extremamente racista. A relação entre as duas mulheres começa tumultuada, com Maria tripudiando em cima de Cida por ela ser negra. Cida atura a tudo em silêncio, por precisar do dinheiro, até que decide se vingar através de um jogo de xadrez.¹⁶

A PESTE DA JANICE

Ficção de Rafael Figueiredo, ano 2007, duração 15 min. Bahia.

Elenco: Fernanda Maurici, Gabriela Iablonovski, Juliana Borges Rocha, Micaela Rocha, Yarsin Tedesco

Sinopse: Início do ano letivo. Janice, filha da faxineira, é a nova aluna da escola.¹⁷

A INVENÇÃO DA INFÂNCIA

Documentário de Liliana Sulzbach, ano 2000, duração 26 min. Rio Grande do Sul.

Sinopse: Ser criança não significa ter infância. Uma reflexão sobre o que é ser criança no mundo contemporâneo.¹⁸

CLANDESTINA FELICIDADE

Ficção de Beto Normal e Marcelo Gomes, ano 1998, duração 15 min. Pernambuco.

Elenco: Luci Alcântara, Luisa Phebo, Nathalia Corinthia.

Sinopse: Fragmentos de infância, descoberta do mundo pelo olhar curioso, perplexo e profundo da criança-escritora Clarice Lispector.¹⁹

ILHA DAS FLORES

Documentário de Jorge Furtado, ano 1989, duração 15 min. São Paulo.

Sinopse: Um tomate é plantado, colhido, transportado e vendido num supermercado, mas apodrece e acaba no lixo. O filme segue-o até seu verdadeiro final e então fica clara a diferença que existe entre tomates, porcos e seres humanos.²⁰

EU NÃO QUERO VOLTAR SOZINHO

¹³ Disponível em: http://portacurtas.org.br/filme/?name=ratos_de_ua. Acesso em 23 de out. 2020.

¹⁴ Disponível em: http://portacurtas.org.br/filme/?name=10_centavos. Acesso em 23 de out. 2020.

¹⁵ Disponível em: http://portacurtas.org.br/filme/?name=o_quintal_dos_guerrilheiros. Acesso em 23 de out. 2020.

¹⁶ Disponível em: http://portacurtas.org.br/filme/?name=o_xadrez_das_cores. Acesso em 23 de out. 2020.

¹⁷ Disponível em: http://portacurtas.org.br/filme/?name=a_pestes_da_janice. Acesso em 23 de out. 2020.

¹⁸ Disponível em: http://portacurtas.org.br/filme/?name=a_invencao_da_infancia. Acesso em 23 de out. 2020.

¹⁹ Disponível em: http://portacurtas.org.br/filme/?name=clandestina_felicidade. Acesso em 23 de out. 2020

²⁰ Disponível em: http://portacurtas.org.br/filme/?name=ilha_das_flores. Acesso em 23 de out. 2020

Ficção de Daniel Ribeiro, ano 2011, duração 17 min. Rio de Janeiro.

Sinopse: A vida de Leonardo, um adolescente cego, muda completamente com a chegada de um novo aluno em sua escola. Ao mesmo tempo, ele tem que lidar com os ciúmes da amiga Giovana e entender os sentimentos despertados pelo novo amigo Gabriel.²¹

No decorrer da pesquisa, chegamos à conclusão que não seria possível fazer uma proposta didática para cada um dos dez curtas metragens selecionados, devido à extensão do trabalho e da própria configuração do Mestrado Profissional, que envolvia aplicação do produto na Prática de Estágio Supervisionado. Assim, foi necessária uma revisão da seleção inicial, focando nossa atenção em cinco curtas metragens dos dez primeiros selecionados, a saber: **Rua São Paulo; Amapô; A peste de Janice; Ilha das Flores; 10 centavos**. A escolha por estes curtas se deu a partir de uma ligação direta com questões concernentes aos DH, sendo que três deles são protagonizados por grupos vulnerabilizados (sem tetos, pessoas transgêneros e crianças) e outros dois tratam de temas como preconceito social, consumo acrítico e desigualdades econômicas.

Com os curtas metragens definitivamente selecionados, começamos a construção das propostas didáticas. Para criá-las, estabelecemos o padrão de uma sequência didática, organizada em quatro movimentos: (1) Aquecimento; (2) Colocando a mão na massa; (3) Veja o Curta!; (4) Finalização da sequência.

No primeiro passo, chamado de “Aquecimento”, é contextualizada a proposta por meio de documentos relativos aos DH, como **DUDH** e a **Constituição Federal**. A ideia é familiarizar o aluno e o docente com as leis e acordos que asseguram o fato de que somos todos sujeitos de direitos.

No segundo passo, “Colocando a mão na massa”, construímos uma dinâmica de interação dos alunos com o tema do curta metragem, preparando-os/sensibilizando-os para a fruição do material audiovisual. Adotamos, assim, a recomendação de Lopes, ao afirmar que “educar com o cinema, educar com arte, significa educar através do contato com o outro, do despertar dos sentimentos e da troca. É sair de si mesmo para enxergar o outro” (LOPES, 2013, p. 10).

O terceiro passo, “Veja o Curta!”, é reservado à fruição do curta metragem, atendo-se a elementos que devem ser observados pelo professor, na discussão a respeito do filme, bem como à sua linguagem. Por isso, nesse passo, sempre há a proposição de explorar um pouco a linguagem do cinema, dando atenção a elementos que o formam, como montagem, roteiro, direção de arte, planos, etc.

²¹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FkNoXubidmk>. Acesso em 23 de out.

No último passo, buscamos apontar a finalização da atividade por meio de um gesto concreto, que pode ser avaliado pelo professor, variando a sugestão em cada uma das propostas.²² No caso de **Amapô**, por exemplo, curta que reflete sobre pessoas transgêneros e o preconceito que as vitimiza, optamos por propor o uso das redes sociais para sensibilizar as pessoas sobre a violência sofrida por pessoas da comunidade LGBTQI+, estimulando que os alunos utilizem gêneros textuais das novas tecnologias de modo crítico e solidário.

À medida que as informações iam sendo fechadas, o website era abastecido, começando com a aba “Apresentação”:



Figura 7 – Aba Apresentação

Para a qualificação da pesquisa e do material/produto educacional, realizada em agosto de 2020, foram apresentados à banca examinadora os dois primeiros capítulos da dissertação, a introdução e as referências, bem como o projeto de pesquisa e o material/produto educacional Curta os Direitos Humanos em sua terceira versão (com as abas “Apresentação”, “Curtas”, “Materiais de apoio”, “Depoimentos”, “Quem somos”, “Contato”), na qual constava, na aba “Propostas didáticas”, apenas uma proposta, referente ao curta metragem **A peste de Janice**, para expor a sequência didática que serviria de modelo aos outros curtas. Não houve, na qualificação, pedidos de ajustes do website e/ou da proposta, concordando a banca que havia

²² Nossa recomendação é, no entanto, que o professor sempre avalie o processo e não apenas o resultado final da sequência.

coerência entre pesquisa, material/produto educacional, seleção dos curtas metragens e proposta didática.

Na aba “Curtas”, vale ressaltar, já estavam postados os cinco curtas metragens que faziam parte do material/produto educacional. (Figuras 8 e 9).



Figura 8 – Aba Curtas Rua São Paulo, Amapô, A peste de Janice

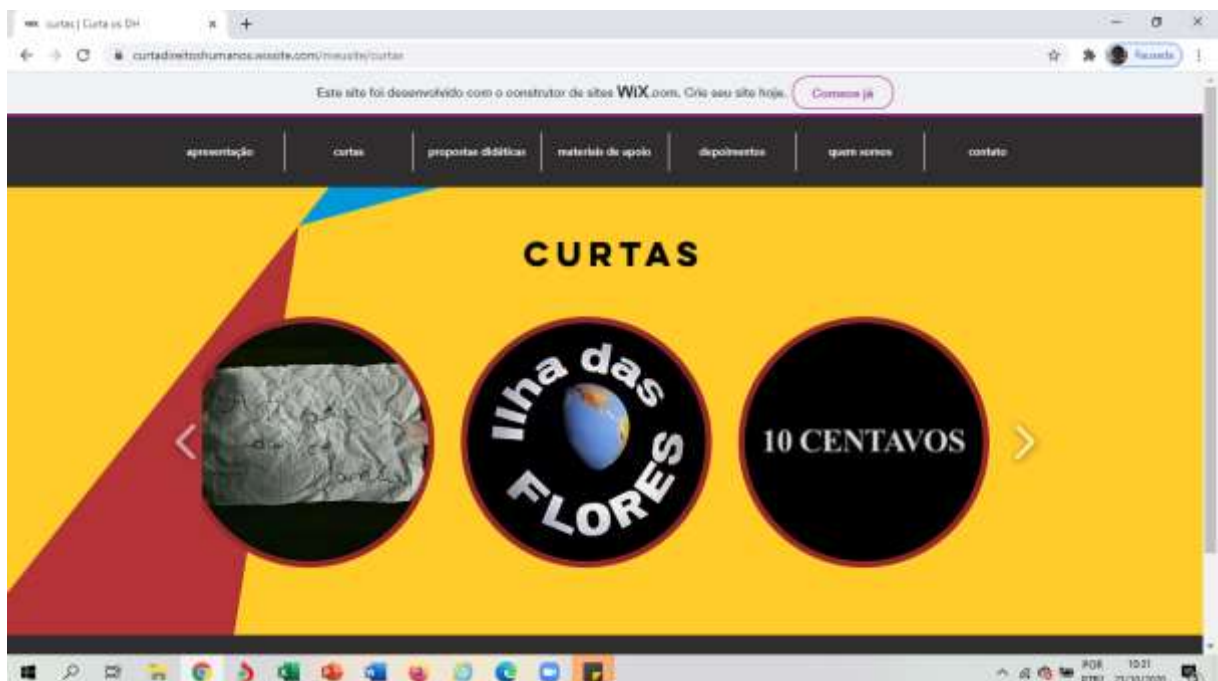


Figura 9 – Aba Curtas Ilhas das flores, 10 centavos

No caso da aba “Materiais de apoio”, citamos abaixo os recursos utilizados, nos quais basta o professor clicar para que seja direcionado para o local de postagem original dos mesmos.

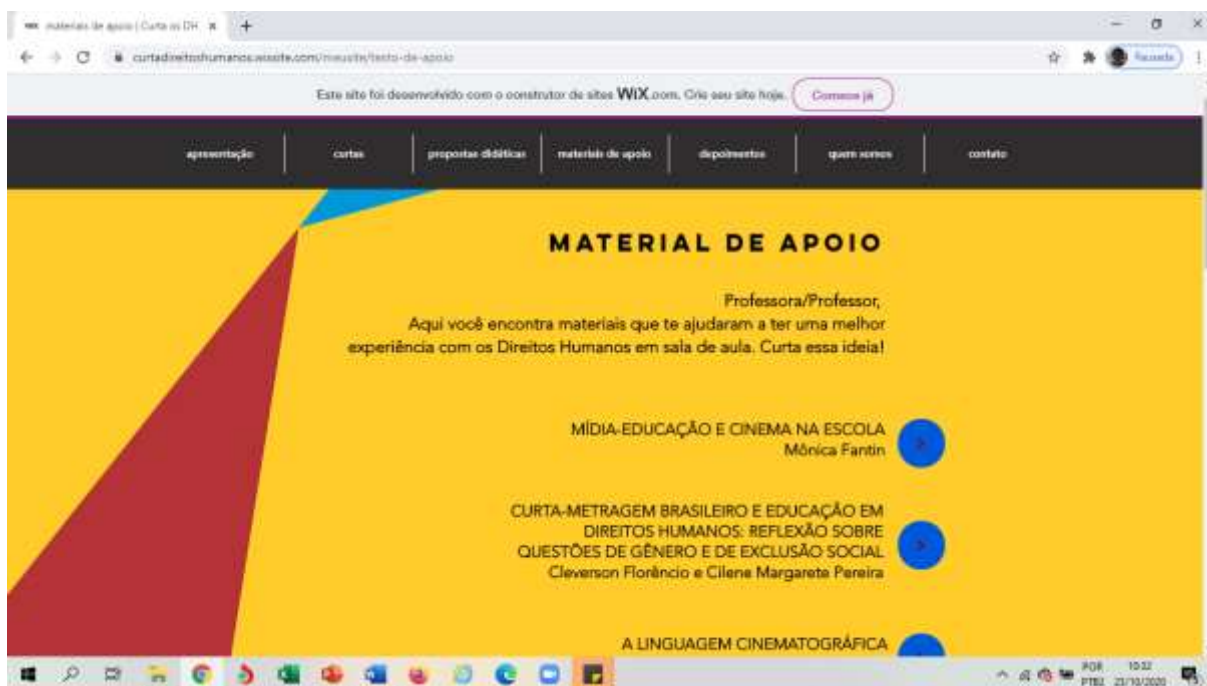


Figura 10 – Aba Materiais de Apoio (I)



Figura 11 – Aba Materiais de Apoio (II)

Destacamos que entre estes materiais, há um artigo de nossa autoria, publicado no início de 2020, na **Revista Literatura em Debate**, referente à análise de dois dos curtas metragens

que fazem parte do site Curta os Direitos Humanos, **Rua São Paulo e Amapô**. Além disso, após a defesa foi incorporado aos materiais de apoio a dissertação que deu origem ao website.

Para a aba “Depoimentos”, exposta abaixo, criamos um e-mail específico para usuários do website Curta os Direitos Humanos, ao qual terão acesso os autores desta pesquisa, para que possamos interagir com professores e interessados. A partir dessa recepção, novas reformulações podem ser requeridas e feitas por seus autores.

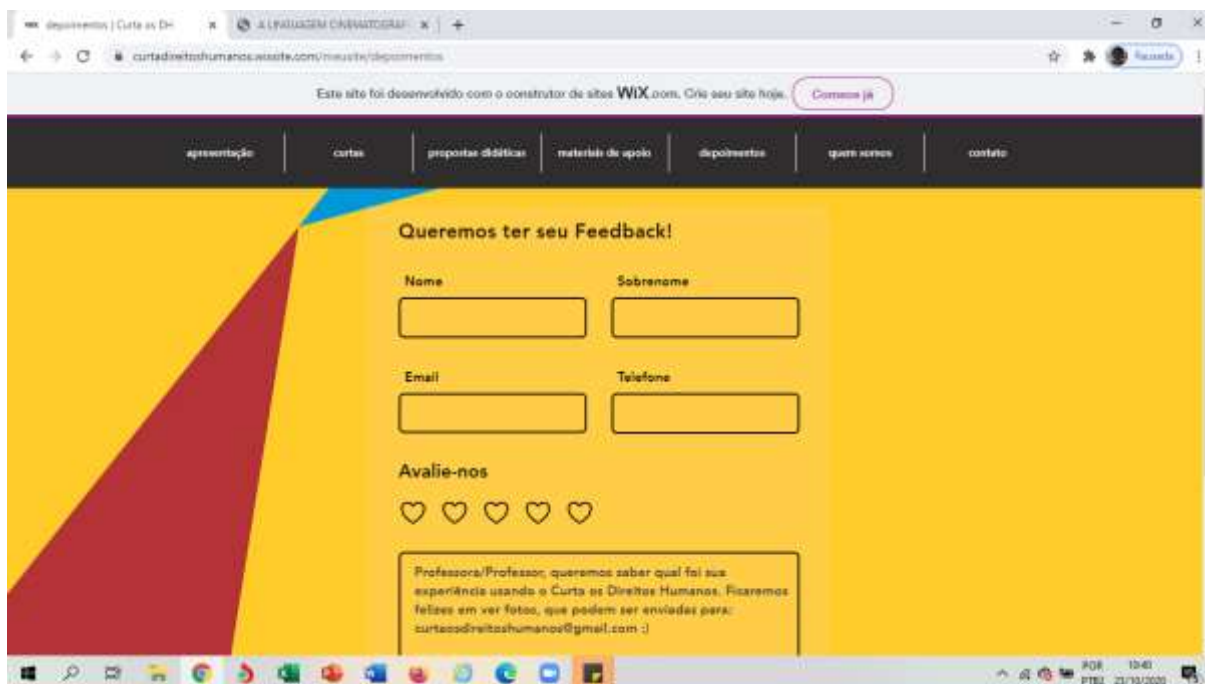


Figura 12 – Aba Depoimentos

A aba “Quem somos” objetiva dar visibilidade aos pesquisadores responsáveis por esta pesquisa e material/produto educacional, apresentando informações rápidas sobre sua trajetória acadêmica e o currículo lattes para consulta.



Figura 13 – Aba Quem Somos (I)

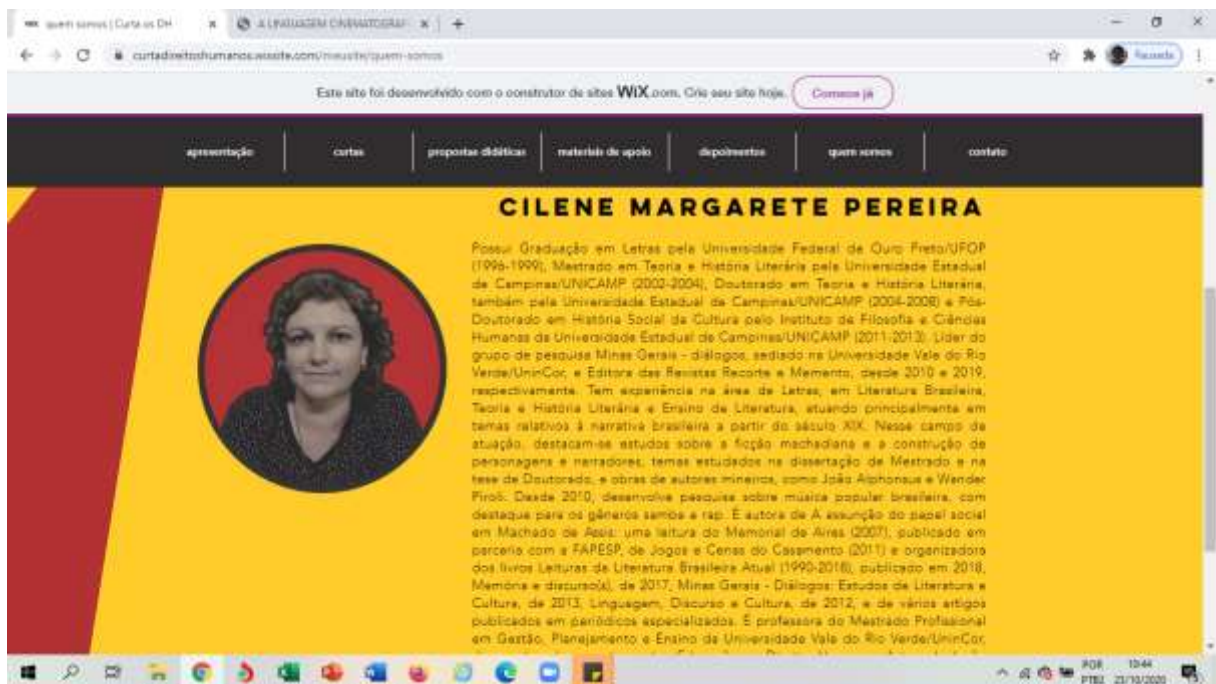


Figura 14 – Aba Quem Somos (II)

A aba final, “Contato”, além de informar outros e-mails para interlocução entre os pesquisadores e os professores, serve também para dúvidas, informações gerais, que não se refiram ao uso do material educacional, uma vez que há uma aba específica para o depoimento de professores e usuários do website Curta os Direitos Humanos.

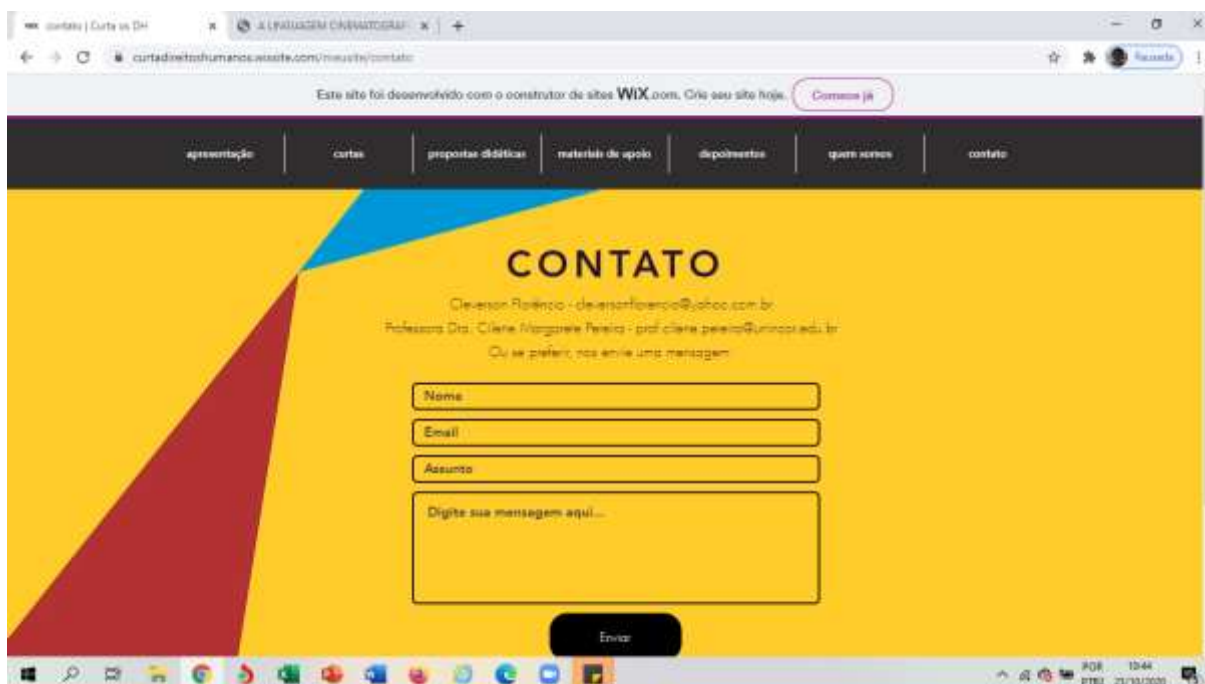


Figura 15 – Aba Contato

Após a qualificação da dissertação e do material/produto educacional em sua terceira versão, demos sequência à criação das propostas didáticas restantes, que já estavam esboçadas, bem como a revisão dos capítulos 1 e 2 e à escrita do capítulo 3, que apresenta a construção do material/produto educacional. Todas as propostas didáticas passaram por três revisões até a formatação final e inserção no website Curta os Direitos Humanos.²³

Depois de feita essa revisão final, o website Curta os Direitos Humanos foi devidamente cadastrado na Plataforma Educapes, em setembro de 2020, sendo possível acessá-lo em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/581171>.²⁴ Essa informação está disposta na página inicial do website Curta os Direitos Humanos e em seu rodapé:

²³ Uma quarta revisão foi feita após a defesa da dissertação e do material/produto educacional.

²⁴ O produto foi cadastrado como Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil (CC BY-NC-SA 3.0 BR). Disponível em: <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/3.0/br/>. Acesso em 23 de out. 2020. É importante comentar que no mês seguinte à disponibilização do site Curta os Direitos Humanos na Plataforma Educapes foram feitas onze visualizações do material. Informação disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/581171/statistics>. Acesso em 23 de out. 2020.



Figura 16 – Página inicial do website

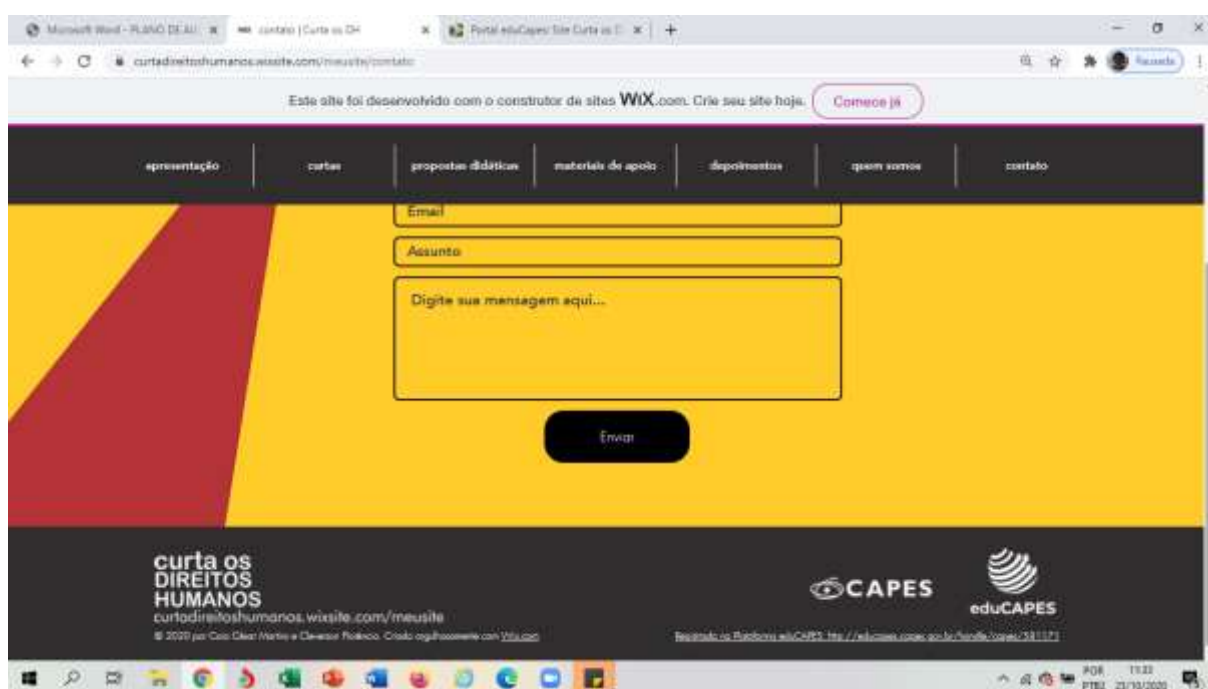


Figura 17 – Rodapé do website

Ao entrar na aba “Propostas didáticas”, o professor terá acesso a uma nova página, conforme abaixo, que lista as cinco propostas existentes, apresentando cada uma por meio de um descritivo rápido:

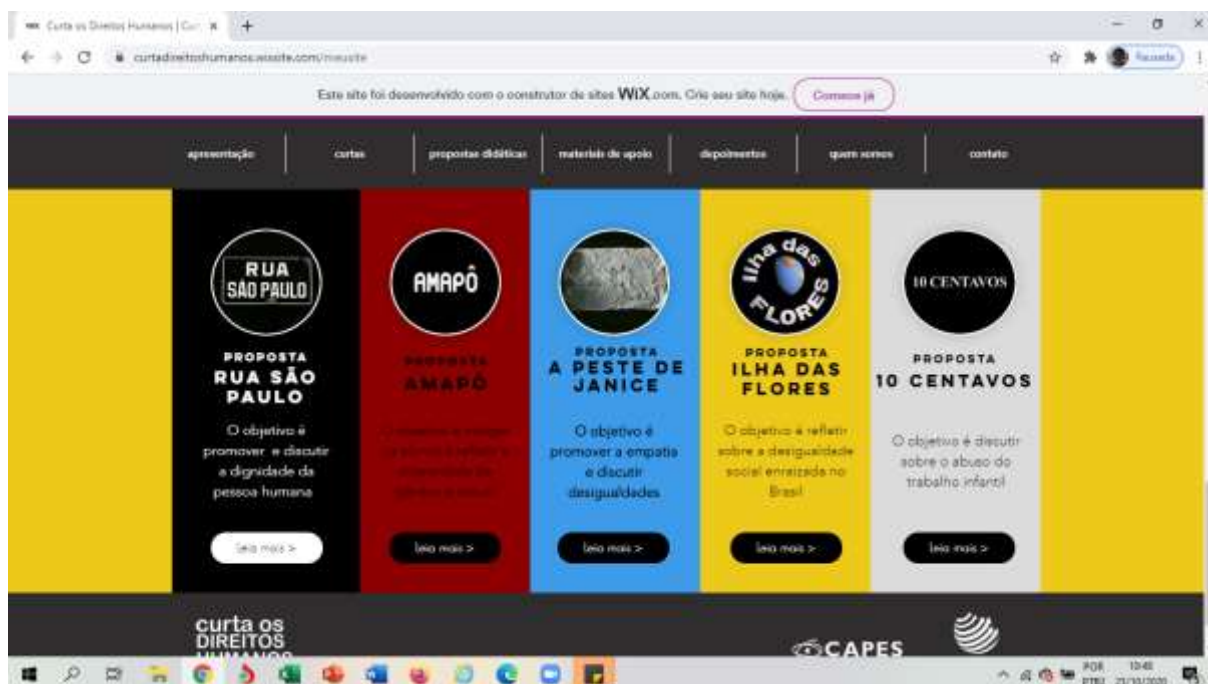


Figura 18 – Descritivo para acessar as Propostas

Após clicar na proposta de interesse, o professor será direcionado para uma explicação um pouco mais detalhada da proposta, chamada de “Conteúdo programático”. Como exemplo abaixo, utilizamos a proposta didática do curta metragem **A peste de Janice**:

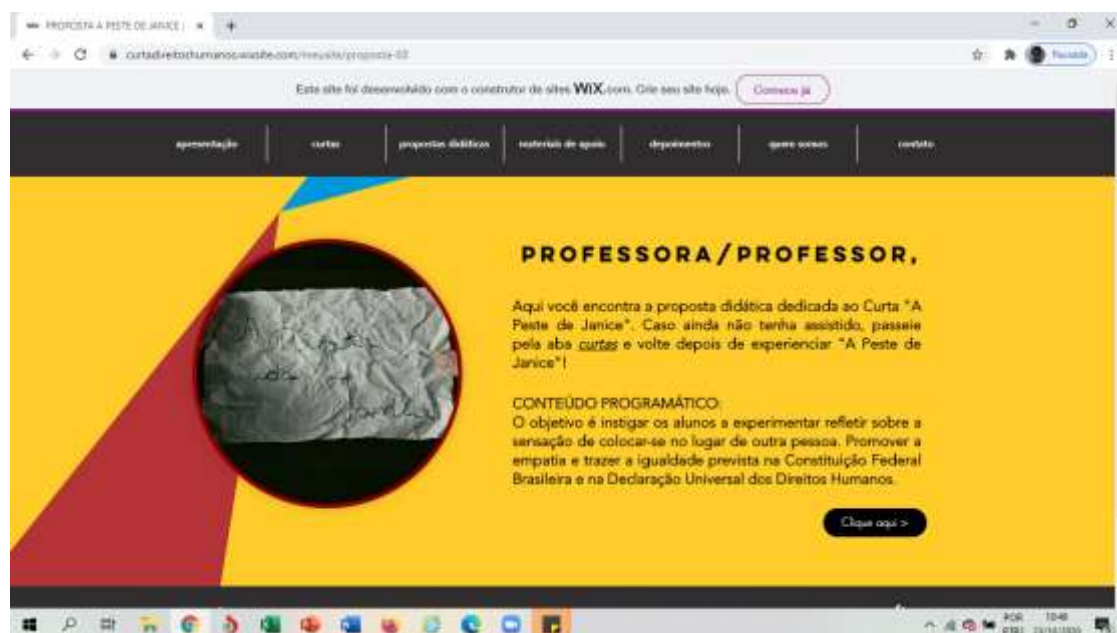


Figura 19 – Aba Proposta didática de A Peste de Janice

Para acessar a proposta, o professor deve clicar no botão identificado (Clique aqui), sendo direcionado para um documento em PDF com a proposta didática, conforme abaixo, denominada de Plano de Aula, seguido do número:

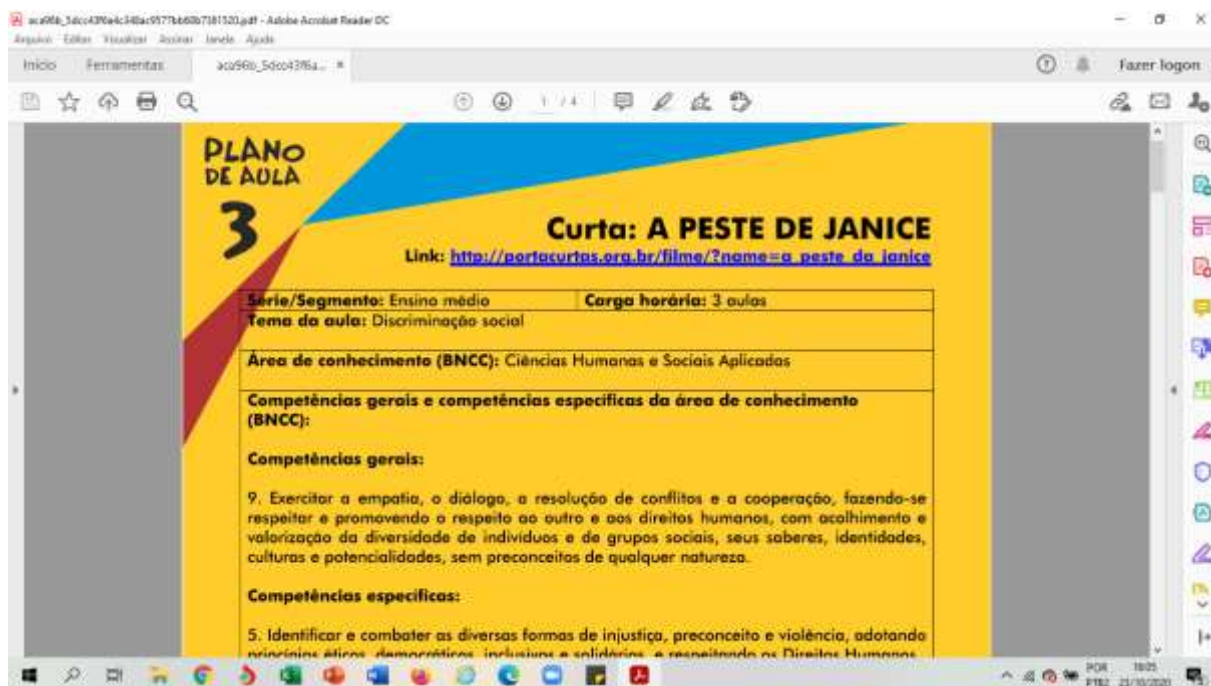


Figura 20 – Proposta didática de A Peste de Janice

A seguir, descrevemos as propostas feitas para cada um dos curtas metragens.

| PLANO DE AULA | |
|---|-------------------------------|
| Curta: RUA SÃO PAULO Link: http://portacurtas.org.br/filme/?name=rua_sao_paulo . | |
| Série / Segmento: Ensino médio | Carga horária: 3 aulas |
| Tema da aula: Dignidade da Pessoa Humana – O direito de ser cidadão! | |
| Área de conhecimento (BNCC): Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | |
| Competências gerais e competências específicas da área de conhecimento (BNCC): | |
| Competências gerais: | |
| 4. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e | |

sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo. (BRASIL, 2018, p. 9)

9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza. (BRASIL, 2018, p. 10)

Competências específicas:

1. Identificar e combater as diversas formas de injustiça, preconceito e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os Direitos Humanos. (BRASIL, 2018, p. 577)

2. Compreender o funcionamento das diferentes linguagens e práticas culturais (artísticas, corporais e verbais) e mobilizar esses conhecimentos na recepção e produção de discursos nos diferentes campos de atuação social e nas diversas mídias, para ampliar as formas de participação social, o entendimento e as possibilidades de explicação e interpretação crítica da realidade e para continuar aprendendo. (BRASIL, 2018, p. 490).

3. Compreender os processos identitários, conflitos e relações de poder que permeiam as práticas sociais de linguagem, respeitando as diversidades e a pluralidade de ideias e posições, e atuar socialmente com base em princípios e valores assentados na democracia, na igualdade e nos Direitos Humanos, exercitando o autoconhecimento, a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, e combatendo preconceitos de qualquer natureza. (BRASIL, 2018, p. 490).

4. Utilizar diferentes linguagens (artísticas, corporais e verbais) para exercer, com autonomia e colaboração, protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva, de forma crítica, criativa, ética e solidária, defendendo pontos de vista que respeitem o outro e promovam os Direitos Humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável, em âmbito local, regional e global. (BRASIL, 2018, p. 490).

Conteúdo Programático: O objetivo é instigar os alunos a experimentar refletir sobre a sensação de colocar-se no lugar de outra pessoa. Promover a empatia e trazer a igualdade prevista na **Constituição Federal Brasileira** e na **Declaração Universal dos Direitos Humanos**.

Sequência didática:

Passo 1: Aquecimento

Para iniciar as atividades relativas ao curta, é importante que o docente contextualize a proposta, identificando a importância da temática da Dignidade da Pessoa Humana. Para tanto, o professor deve apresentar aos alunos os artigos 1º, 3º, 6º e 23º da **Constituição Federal Brasileira** e os artigos 1º, 7º e 25º da **Declaração Universal dos Direitos Humanos** (DUDH), citados abaixo:

Art. 1º (Constituição Federal) A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: [...]

III - a dignidade da pessoa humana; [...]

Art. 3º (Constituição Federal) Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II - garantir o desenvolvimento nacional;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.

Art. 6º (Constituição Federal) São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Art. 23º (Constituição Federal) É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: [...]

IX - promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico;

X - combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos; [...]

Art. 1º (Declaração Universal dos Direitos Humanos) Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.

Art. 7º (Declaração Universal dos Direitos Humanos) Todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. Todos têm direito a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação.

Art. 25º (Declaração Universal dos Direitos Humanos) Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar-lhe, e a sua família, saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle.

Estes artigos devem ser discutidos de forma reflexiva com os alunos, objetivando iniciar um processo de **conhecimento** da dignidade que homem e mulher têm por direito. Os alunos podem ser questionados pelo professor sobre o significado do termo dignidade. Sugere-se as seguintes perguntas motivadoras: (1) O que você entende por dignidade? (2) Você acha que leva uma vida “digna”? (3) Consegue citar exemplos de pessoas que não vivem de forma digna?

O professor deve estar atento para não fazer “juízo de valor” em relação às respostas dadas pelos alunos, sendo cuidadoso em suas intervenções.

Passo 2: Colocando a mão na massa

Nessa etapa, o professor vai solicitar ao aluno que escreva em um papel um objetivo de vida ou um desejo que quer muito transformar em realidade. Em seguida, o professor pedirá que o aluno amasse o papel, transformando-o em uma pequena bola. Depois disso, o professor deve solicitar que os alunos se organizem em uma fila, ficando um aluno atrás do outro. Em frente ao primeiro aluno, o professor colocará uma caixa (pode ser de papel ou papelão, de aproximadamente 20

cm x 20 cm). O professor irá convidar cada aluno a atirar sua bolinha de papel (com seu objetivo/desejo) na caixa, sem se deslocar de seu lugar, dizendo que quem acertar o arremesso terá seu desejo concretizado. De um modo geral, os primeiros da fila conseguirão com mais facilidade, enquanto os demais terão dificuldade.

A partir dessa dinâmica, abre-se uma discussão sobre o porquê de umas/uns conseguiram e outras/os não? Qual o sentimento vivenciado por cada um/a? E se ao invés de uma fila estivessem em círculo, o acesso seria mais fácil?

Observação: Professor, essas são algumas sugestões de perguntas. Você, como professor atuante em sala de aula, tem condições de avaliar melhor que perguntas podem ser feitas para ativar o debate e a reflexão dos alunos sobre situações-problemas.

Professor, incentive sempre o debate respeitoso com os colegas, estimulando que eles ouçam sempre os argumentos apresentados por todos!

Passo 3: Veja o curta!

Após a discussão promovida pela dinâmica, o professor deve projetar o curta-metragem **Rua São Paulo**, acessado no link seguinte http://portacurtas.org.br/filme/?name=rua_sao_paulo, disponível em Porta Curtas.

Professor, sempre que for trabalhar com um curta em sala de aula, evidencie informações paratextuais relativas ao filme, pois elas ajudam a potencializar a discussão. Veja, por exemplo, que este curta participou de dois festivais, Mostra Audiovisual Paulista (2003) e Mostra Sesc SP 450 anos - SESC Santo Amaro (2003), e foi roteirizado pelos próprios diretores, Daniel Massaranduba e Guilherme Ribeiro.

Será que seus alunos sabem o que é um roteiro? Bom momento para que eles sejam apresentados a esse gênero textual, tão importante para o audiovisual.

“Focando na palavra roteiro, ele mesmo nos diz qual é o motivo de sua existência em uma produção cinematográfica. Ele serve como um guia, durante a execução de uma produção. Todas as informações necessárias para que o filme possa ser feito provêm desse roteiro ou guia, mais facilmente compreendido por seu nome em português lusitano, guião.” (WISKI, documento online)

A definição acima pode ser encontrada no link <https://www.tertulianarrativa.com/o-que--roteiro>. Acesso em 31 de ago. 2020. Leve o conceito para sala de aula e discuta com seus alunos!

Em relação ao curta **Rua São Paulo**, sugerimos alguns pontos de observação importantes:

Em **Rua São Paulo**, a temática em destaque é da moradia na cidade de São Paulo, utilizando, como ponto de partida, o ponto de vista dos sem tetos. Trata-se, nesse caso, de um documentário, que acompanha a realidade da vida de pessoas que vivem em ocupações provisórias como albergues, hotéis sociais, prédios ocupados, entre outros, e estão privadas de direitos fundamentais, como é o caso da moradia, elencado no art. 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

No início do curta, aparece a imagem em preto e branco de um senhor de cabelos grisalhos (não nomeado), que convida os diretores (presentes na cena) e os telespectadores a refletirem: “Olha atrás de você, se você puder, fazer uma filmagem. Veja o que são os amigos sofrendores aqui.”.

Professor, perceba que este tipo de documentário mostra a participação dos diretores na cena. Não há a tentativa de se esconderem; pelo contrário, eles querem que o telespectador saiba que estão lá, captando as cenas. Este tipo de documentário é chamado de participativo.

Além deste, existem outras formas de se fazer documentários. No link abaixo, você encontra um resumo rápido sobre os tipos de documentários existentes:

<https://portaldocurta.wordpress.com/2012/11/03/documentario-e-seus-tipos-segundo-bill-nichols/>.
Acesso em 31 de ago. 2020.

A imagem do senhor de cabelos grisalhos só é retomada ao final do curta, quando a câmera faz um giro pela sala e ele diz: “Isso aqui são os esquecidos, como são os esquecidos. Isso aqui é uma calamidade”. Professor, chame a atenção de seus alunos para o termo utilizado por ele, “esquecidos”. O que isso quer dizer do ponto de vista social? Esquecido por quem ou o quê? Como isso se associa a tópicos dos Direitos Humanos?

Em certo trecho do curta, um senhor chamado Toninho, sentado na escada do prédio que habita, observa que “A gente não quer nada de graça, entendeu? Porque de graça não existe nada, né? Mas o que a gente quer é uma coisa que tá dentro do orçamento da gente, que a gente pode pagar, sustentar a família da gente, mas que ofereça também condições de morar.” Enquanto Toninho fala, a câmera faz alguns cortes, mostrando as condições em que a família dele vive, apertada em um único cômodo, que se divide entre quarto, cozinha e banheiro.

Um elemento muito importante no curta é a mobilização do conceito de dignidade humana, base para a construção da ideia de Direitos Humanos. Três participantes do curta respondem à pergunta “O que é dignidade?”:

“Dignidade para mim é não depender de ninguém. (Benedito).”

“Dignidade é a pessoa respeitar o próximo, por que senão... não existe dignidade na pessoa. (Daniel).”

“Pra mim a dignidade é a pessoa que trabalha, que vive, como se diz do seu suor, ter uma moradia digna [...], quer dizer uma casa que tem espaço para ele sobreviver, né? (Toninho)”

A partir das respostas acima, retome com os alunos o entendimento da palavra dignidade, associado aos Direitos Humanos.

O curta **Rua São Paulo** apresenta dados de 2002 a respeito da situação da moradia na cidade de São Paulo. Por meio de sites de busca, peça aos alunos que atualizem esses dados, considerando diversas regiões do país, e façam um comparativo com os apresentados no filme.

Após discutirem e analisarem o curta, o professor pode pedir aos alunos que busquem informações sobre os termos equidade e igualdade, estabelecendo suas distinções.

Passo 4: O gesto é concreto!

Professor, incentive seus alunos (em grupo) a pesquisarem, em setores como a Secretaria de Desenvolvimento Social da cidade em que moram, informações referentes ao tratamento de pessoas em situação vulnerável, como moradores de rua, idosos, pessoas com deficiências, entre outros. Quais são as políticas públicas de seu município para garantir a dignidade da pessoa humana? Há entidades da sociedade civil que promovem também ações relativas a esses grupos?

Em um círculo, os grupos devem apresentar os dados selecionados uns aos outros. Após essa apresentação, cada aluno irá escrever em um papel o nome da/do entidade/serviço que mais chamou atenção. O papel será dobrado e colocado em uma “caixinha”.

Professor, é hora do gesto concreto! Será sorteado o nome de uma entidade/serviço que será contemplado por uma ação coletiva assumida pela sala. A ideia é que a turma pense em alguma ação coletiva para ajudar a uma entidade/um serviço, como por exemplo, arrecadação de alimentos ou itens de higiene pessoal, dia de beleza, e/ou outros.

Recursos e materiais utilizados:

- **Documentos:** Constituição Federal Brasileira e Declaração Universal dos Direitos Humanos
- **Curta-metragem:** Rua São Paulo
- **Textos auxiliares:** “O que é um roteiro?” e “Documentário e seus tipos segundo Bill Nichols”

PLANO DE AULA

Curta: AMAPÔ

Link: <http://portacurtas.org.br/filme/?name=amapo>.

Série / Segmento: Ensino médio

Carga horária: 4 aulas

Tema da aula: Diversidade de Gênero e Sexual – Em defesa da vida das companheiras e dos companheiros!

Área(s) de conhecimento (BNCC): Ciências Humanas e Sociais Aplicadas / Linguagens e suas Tecnologias

Competências gerais e competências específicas da área de conhecimento (BNCC):

Competências gerais:

4. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo. (BRASIL, 2018, p. 9)

9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza. (BRASIL, 2018, p. 10)

Competências específicas (Ciências Humanas e Sociais Aplicadas)

5. Identificar e combater as diversas formas de injustiça, preconceito e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os Direitos Humanos. (BRASIL, 2018, p. 570)
6. Participar do debate público de forma crítica, respeitando diferentes posições e fazendo escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade. (BRASIL, 2018, p. 570)

Competências específicas (Linguagens e suas Tecnologias)

1. Compreender o funcionamento das diferentes linguagens e práticas culturais (artísticas, corporais e verbais) e mobilizar esses conhecimentos na recepção e produção de discursos nos diferentes campos de atuação social e nas diversas mídias, para ampliar as formas de participação social, o entendimento e as possibilidades de explicação e interpretação crítica da realidade e para continuar aprendendo. (BRASIL, 2018, p. 490).
2. Compreender os processos identitários, conflitos e relações de poder que permeiam as práticas sociais de linguagem, respeitando as diversidades e a pluralidade de ideias e posições, e atuar socialmente com base em princípios e valores assentados na democracia, na igualdade e nos Direitos Humanos, exercitando o autoconhecimento, a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, e combatendo preconceitos de qualquer natureza. (BRASIL, 2018, p. 490).
3. Utilizar diferentes linguagens (artísticas, corporais e verbais) para exercer, com autonomia e colaboração, protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva, de forma crítica, criativa, ética e solidária, defendendo pontos de vista que respeitem o outro e promovam os Direitos Humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável, em âmbito local, regional e global. (BRASIL, 2018, p. 490).

Conteúdo Programático: O objetivo é instigar os alunos a refletir sobre a violência de gênero e sexual presente na sociedade. Promover a empatia e uma discussão a respeito da igualdade prevista na **Constituição Federal Brasileira** e na **Declaração Universal dos Direitos Humanos**.

Sequência didática:

Passo 1: Aquecimento

Para iniciar as atividades relativas ao curta **Amapô** é fundamental que o docente contextualize a proposta, identificando a importância da temática do respeito mútuo quanto a questões sexuais e de gênero. Para tanto, o professor deve apresentar aos alunos o artigo 3º e 5º da **Constituição Federal Brasileira** e os artigos 1, 2 e 7 da **Declaração Universal dos Direitos Humanos** (DUDH), citados abaixo:

Art. 3º (Constituição Federal) Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: [...].

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. [...]

Art. 5º (Constituição Federal) Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...].

I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição. [...]

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação; [...]

Art. 1º (Declaração Universal dos Direitos Humanos) Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.

Art. 2º (Declaração Universal dos Direitos Humanos) 1 - Todo ser humano tem capacidade para gozar dos direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.[...]

Art. 7º (Declaração Universal dos Direitos Humanos) Todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. Todos têm direito a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação.

Estes artigos devem ser discutidos de forma reflexiva com os alunos, objetivando iniciar um processo de **desnaturalização** dos procedimentos que resultam em posturas discriminatórias em nossa vida cotidiana. Os alunos podem ser questionados pelo professor sobre o conhecimento ou não de questões relativas a gênero e sexualidade. Sugere-se as seguintes perguntas motivadoras: (1) O que você entende como diversidade de gênero? (2) O que você entende como diversidade sexual? (3) Como o Brasil, de um modo geral, reage a este tipo de temática?

O professor deve estar atento para não fazer “juízo de valor” em relação às respostas dadas pelos alunos, sendo cuidadoso em suas intervenções.

Passo 2: Colocando a mão na massa

Neste momento, o professor deve dividir os/as jovens em dois grupos: um do sexo masculino; outro, do feminino. Solicitar ao grupo masculino que discuta as vantagens e as desvantagens de ser mulher. O grupo feminino deve discutir as vantagens e as desvantagens de ser homem. Após a discussão, o professor solicitará que os grupos preparem uma lista com as referidas vantagens e desvantagens associadas aos mundos masculino e feminino. Após a organização da listagem, o professor deve solicitar que os alunos formem um círculo e que no meio do círculo cada grupo apresente seus resultados e respondam às seguintes perguntas:

- 1) Quem tem mais vantagens? Quem tem mais desvantagens?
- 2) Como essas diferenças afetam a vida dos homens e das mulheres?
- 3) Qual a origem dessas diferenças?
- 4) Já nascemos com elas?
- 5) Quem são os responsáveis por elas?
- 6) Essas diferenças estão presentes na comunidade escolar?

7) O que há de errado em uma mulher que jogue futebol, ou em um homem que faça maquiagem?

Observação: Professor, essas são algumas sugestões de perguntas. Você, como professor atuante em sala de aula, tem condições de avaliar melhor que perguntas podem ser feitas para ativar o debate e a reflexão dos alunos sobre situações-problemas.

Após a exposição das listagens que cada grupo fez e do debate promovido por meio das perguntas sugeridas acima, o professor deve informar os alunos dos seguintes dados:

► Se formos analisar, a maioria dos espaços de liderança são ocupados por homens, e quando uma mulher se insere nesses locais acaba ganhando menos (25% a menos, segundo dados do IBGE/2018), mesmo realizando trabalho igual. A desigualdade salarial é uma das facetas da desigualdade entre homens e mulheres, a chamada desigualdade de gênero. Uma das bases que sustentam essas diferenciações é o machismo, que é uma crença que supervaloriza o sexo masculino e o entende como superior ao sexo feminino.

► Como se não bastasse, o reflexo do machismo faz com que as mulheres se preocupem em manter uma beleza padronizada e aceita pela sociedade, tornando regras unhas sempre pintadas, cabelos arrumados, aparência jovial, etc. Todas essas questões acabam gerando rivalidade entre as mulheres, que vivem em competição. Isso não é saudável! As mulheres devem ser do jeito que elas quiserem!

► As mulheres são violentadas diariamente. Desde um assóvio ou um comentário sobre seu corpo e roupa até atitudes que promovam seu rebaixamento intelectual. As agressões podem ser também físicas, podendo se transformar em feminicídio. A reportagem da BBC News Brasil, sobre violência contra a mulher, pode ajudar a expor melhor alguns dados: Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47365503>. Acesso em 31 de ago. 2020.

► O feminicídio (Lei 13.104/15) é um crime que atenta contra a vida da mulher. Diferentemente do homicídio, essa lei é aplicada quando o crime for praticado contra a mulher por razões da condição de sexo feminino. Normalmente, o crime é cometido por ex-parceiros e maridos motivado por ciúmes e possessividade.

► O homem também sofre por ser homem: ele não pode se cuidar por medo de ser ridicularizado pelo grupo masculino, não pode passar protetor solar, mesmo sabendo que milhares de pessoas morrem diariamente devido ao câncer de pele. Esse é um dos efeitos nocivos da chamada “masculinidade tóxica”. Veja uma reportagem introdutória ao tema no site da Nova Escola. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/17042/como-o-conceito-tradicional-de-masculinidade-afeta-os-meninos>. Acesso em 31 de ago. 2020

► No passado, os homens que assinavam grandes marcas de moda da alta costura se escondiam por medo, criavam nomes fictícios e não apareciam nos eventos de sua marca.

► Em pesquisa recente, o número de homens comandando salões de corte de cabelo e maquiagem tem crescido. Com o aumento dos números, o preconceito também cresceu, dizem por aí que cortar cabelo e fazer maquiagem é coisa para mulher!

Professor, você irá apenas apresentar os dados, sem espaço, nesse momento, para interações.

Passo 3: Veja o curta!

Após apresentar os dados, o professor irá provocar os alunos a refletirem sobre outro grupo social marginalizado, que sofre com o preconceito diário pela falta de empatia. O professor deve projetar o curta-metragem **Amapô**, acessado no link <http://portacurtas.org.br/filme/?name=amapo>. O curta está disponível no **Portal Porta Curtas** e foi apresentado a primeira vez na Mostra Cinema e Direitos Humanos na América do Sul (2008).

Professor, sempre que for trabalhar com um curta em sala de aula, evidencie informações paratextuais relativas ao filme, pois elas ajudam a potencializar a discussão. Por exemplo, pergunte aos alunos por que acham que este filme foi apresentado em uma mostra de Direitos Humanos?

Após a apresentação do curta, o professor deve estimular o debate sobre o cuidado e o respeito com o outro. O Professor também deve perguntar aos alunos sobre a terminologia do curta, “Amapô”, de onde vem? O que significa?

Professor, solicite aos alunos que pesquisem mais sobre orientações sexuais e sobre os dados de violência referentes a esse grupo. É importante também pedir aos alunos que pesquisem o motivo que torna essas pessoas minorias, e quais são as ações governamentais vigentes hoje que inibem a prática de crime e de preconceito contra elas.

O curta discute o assassinato da travesti Sandra, sendo narrado pela única entrevistada que aparece no vídeo, mas que, assim como todos os outros, não é identificada. Sabemos que se trata também de uma travesti, amiga de Sandra. O procedimento de não identificação das personagens do curta sugere a invisibilidade a que estão sujeitas travestis e transexuais, assim como a violência do apagamento de suas identidades.

A amiga de Sandra mostra para o diretor a casa em que houve o assassinato. Mas antes de narrar o fato, ouvimos a voz do diretor em off: “A casa em que quem foi assassinada?”. A pergunta, além de expor a presença do diretor, serve como ponto de partida para que a amiga fale sobre a morte de Sandra e a apresente ao espectador. Após a narração, são inseridos dados estatísticos sobre crimes de homofobia no país: “No Brasil, aproximadamente 3% da população homossexual é formada por travestis. A cada ano são assassinados cerca de 150 homossexuais por crime de ódio no país. 50% das vítimas são travestis.”

Professor, esse é um ótimo momento para apresentar aos alunos a ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais), uma rede nacional que articula, em todo o Brasil, 127 instituições que desenvolvem ações para promoção da cidadania da população de Travestis e Transexuais, fundada no ano de 2000, na Cidade de Porto Alegre. Disponível em: <https://antrabrasil.org/sobre/>. Acesso em 31 de ago. 2020.

Professor, navegue junto com os alunos pela Aba “Assassinatos” no portal da ANTRA. E destaque que o Brasil chegou a 89 assassinatos de pessoas trans no primeiro semestre de 2020, com aumento de 39% em relação ao mesmo período do ano passado.

Em **Amapô**, a existência e a materialidade de Sandra ocorrem por meio de imagens de arquivos e depoimentos de amigos e conhecidos, que não são identificados por seus nomes e muitos sequer mostrados. Aos 01:23, ouvimos uma voz em off dizer que “Sandra era aquela pessoa amorosa, carinhosa, gostava muito de criança. respeitava todo mundo...”. A imagem de Sandra

surge aos 03:32, quando ela é mostrada de corpo inteiro, por meio de uma fotografia em preto e branco.

É interessante que o você, Professor, também estimule os alunos a pensarem na linguagem do cinema. Por exemplo, o posicionamento da câmera pode fazer com que o espectador se aproxime mais de uma ou outra pessoa? Em qual momento, vemos, de fato, Sandra? Há diferenças na forma de mostrá-la em relação à sua amiga?

Professor, converse com seus alunos sobre planos cinematográficos. O material “A linguagem cinematográfica de planos e movimentos”, de Marília Mello Pisani, pode ajudá-los nessa discussão e aprimorar o olhar de todos para o cinema. Disponível em: <https://www.apdmce.com.br/wp-content/uploads/2020/01/A-Linguagem-cinematografica-de-planos-e-movimentos-.pdf>. Acesso em 31 de ago. 2020.

O vídeo “Planos e enquadramentos para vídeos”, bastante didático, também pode ajudar a entender melhor os tipos de planos e como eles são utilizados no audiovisual. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KExW6nwHTE>. Acesso em 31 de ago. 2020.

Passo 4: Em defesa da vida das companheiras e dos companheiros!

Após assistirem ao curta e o discutirem, o professor deve dividir a turma em dois grupos novamente, dessa vez misturando homens e mulheres. O professor pedirá que o grupo 1 faça uma pesquisa robusta sobre a violência ao grupo LGBTQI+, contendo informações sobre dados estatísticos, informações sobre canais de denúncia, etc. Depois, o grupo 1 entregará toda as informações colhidas ao grupo 2, que viabilizará formas de agrupar as informações em postagens nas redes sociais. Professor, a ideia é levar informações necessárias sobre a violência ao grupo LGBTQI+ para as redes sociais (Instagram, Facebook, Twitter...). As publicações podem ser em forma de vídeo, fotos, reportagens, etc. Os alunos estão livres para usar a criatividade. No momento de todas as postagens, os alunos deverão utilizar a “*hashtag*” #curtaosdh.

Recursos e materiais utilizados:

- **Documentos:** Constituição Federal Brasileira e Declaração Universal dos Direitos Humanos
- **Curta-metragem:** Amapô

- **Vídeo auxiliar:** <https://www.youtube.com/watch?v=KExW6nwHTE>

- **Textos auxiliares:**

“A linguagem cinematográfica de planos e movimentos”. Disponível em:

<https://www.apdmce.com.br/wp-content/uploads/2020/01/A-Linguagem-cinematografica-de-planos-e-movimentos-.pdf>

“Violência contra a mulher: novos dados mostram que não há lugar seguro no Brasil”. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47365503>

“Como o conceito tradicional de masculinidade afeta os meninos?”. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/17042/como-o-conceito-tradicional-de-masculinidade-afeta-os-meninos>

- **Site Auxiliar:** <https://antrabrazil.org/sobre/>

PLANO DE AULA

Curta: A PESTE DE JANICE

| | |
|---|-------------------------------|
| Link: http://portacurtas.org.br/filme/?name=a_pest_e_da_janice . | |
| Série / Segmento: Ensino médio | Carga horária: 3 aulas |
| Tema da aula: Discriminação social | |
| Área de conhecimento (BNCC): Ciências Humanas e Sociais Aplicadas / Linguagens e suas Tecnologias | |
| Competências gerais e competências específicas da área de conhecimento (BNCC): | |
| Competências gerais: | |
| <p>4. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo. (BRASIL, 2018, p. 9)</p> <p>9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza. (BRASIL, 2018, p. 10)</p> | |
| Competências específicas (Ciências Humanas e Sociais Aplicadas) | |
| <p>5. Identificar e combater as diversas formas de injustiça, preconceito e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os Direitos Humanos. (BRASIL, 2018, p. 570)</p> <p>6. Participar do debate público de forma crítica, respeitando diferentes posições e fazendo escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade. (BRASIL, 2018, p. 570)</p> | |
| Competências específicas (Linguagens e suas Tecnologias) | |
| <p>1. Compreender o funcionamento das diferentes linguagens e práticas culturais (artísticas, corporais e verbais) e mobilizar esses conhecimentos na recepção e produção de discursos nos diferentes campos de atuação social e nas diversas mídias, para ampliar as formas de participação social, o entendimento e as possibilidades de explicação e interpretação crítica da realidade e para continuar aprendendo. (BRASIL, 2018, p. 490).</p> <p>2. Compreender os processos identitários, conflitos e relações de poder que permeiam as práticas sociais de linguagem, respeitando as diversidades e a pluralidade de ideias e posições, e atuar socialmente com base em princípios e valores assentados na democracia, na igualdade e nos Direitos Humanos, exercitando o autoconhecimento, a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, e combatendo preconceitos de qualquer natureza. (BRASIL, 2018, p. 490).</p> <p>3. Utilizar diferentes linguagens (artísticas, corporais e verbais) para exercer, com autonomia e</p> | |

colaboração, protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva, de forma crítica, criativa, ética e solidária, defendendo pontos de vista que respeitem o outro e promovam os Direitos Humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável, em âmbito local, regional e global. (BRASIL, 2018, p. 490).

Conteúdo Programático: O objetivo é instigar os alunos a experimentar refletir sobre a sensação de colocar-se no lugar de outra pessoa. Promover a empatia e trazer a igualdade prevista na **Constituição Federal Brasileira** e na **Declaração Universal dos Direitos Humanos**.

Sequência didática:

Passo 1: Aquecimento

Para iniciar as atividades relativas ao curta, é importante que o docente contextualize a proposta, identificando a importância da temática da igualdade entre as pessoas. Para tanto, o professor deve apresentar aos alunos o artigo 5.º da **Constituição Federal Brasileira** e os artigos 1 e 7 da **Declaração Universal dos Direitos Humanos** (DUDH), citados abaixo:

Art. 5º (Constituição Federal) Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...].

Art. 1º (Declaração Universal dos Direitos Humanos) Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.

Art. 7º (Declaração Universal dos Direitos Humanos) Todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. Todos têm direito a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação.

Estes artigos devem ser discutidos de forma reflexiva com os alunos, objetivando iniciar um processo de **desnaturalização** dos processos que resultam em posturas discriminatórias em nossa vida cotidiana. Os alunos podem ser questionados pelo professor sobre o caráter da discriminação no Brasil. Sugere-se as seguintes perguntas motivadoras: (1) O que você entende como discriminação? (2) Você acha que existe discriminação no Brasil? (3) Consegue citar exemplos de discriminação?

O professor deve estar atento para não fazer “juízo de valor” em relação às respostas dadas pelos alunos, sendo cuidado em suas intervenções.

Passo 2: Colocando a mão na massa

Nessa etapa, o professor vai orientar a turma para a formação de um círculo entre os alunos, usando o espaço da sala de aula (deixe os alunos à vontade sobre como formar esse círculo). Após a organização do espaço, o professor irá distribuir, aleatoriamente, uma folha para cada aluno, contendo a seguinte pergunta: “O que você faria se...?”

Sugestão de perguntas:

1. Você vê alguém furtando alimento em uma loja.
2. Você é acusado de ter roubado dinheiro, é inocente e não sabe como provar.
3. Sua casa está em chamas... você tem tempo para salvar apenas duas coisas.
4. Seu irmão ou irmã lhe revela que é homossexual.
5. Você vê dois policiais abordando de maneira violenta um jovem negro.
6. Você percebe que o filho do seu vizinho, frequentemente, sai para a escola machucado e chorando.
7. Você vê um mendigo caído na calçada, e todas as pessoas ignoram.
8. Fosse hostilizado por colegas.
9. Alguém deixasse de ser seu amigo por descobrir que sua mãe é faxineira.

Observação: Professor, essas são algumas sugestões de perguntas. Você, como professor atuante em sala de aula, tem condições de avaliar melhor que perguntas podem ser feitas para ativar o debate e a reflexão dos alunos sobre situações-problemas.

Após a leitura da pergunta de forma silenciosa, o aluno poderá trocar de papel com um colega, sendo permitida a troca uma única vez. Para que haja a troca, não se pode comunicar ao colega qual é a pergunta a ser trocada. Feitas as trocas necessárias, o aluno terá um tempo para pensar na situação apresentada.

Depois desse tempo de reflexão, o professor pedirá a cada aluno que exponha a pergunta e como lidaria com a situação. Como vários colegas terão a mesma pergunta, eles podem formar um grupo de discussão central, interagindo com os questionamentos dos colegas que não têm a mesma questão. É importante que esse momento seja de um debate rico, sendo necessário que os alunos exponham seus pontos de vistas e explique-os aos seus colegas.

Professor, incentive sempre o debate respeitoso com os colegas, estimulando que eles ouçam sempre os argumentos apresentados por todos!

Passo 3: Veja o curta!

Após todos responderem à questão “O que você faria se...?”, o professor deve projetar o curta-metragem **A Peste de Janice**, acessado no link seguinte http://portacurtas.org.br/filme/?name=a_pestes_da_janice. O curta está disponível no **Portal Porta Curtas** e foi bastante premiado em festivais:

- Melhor Direção no Festival de Gramado - Mostra Gaúcha em 2007
- Melhor Fotografia no Festival de Gramado - Mostra Gaúcha em 2007
- Melhor Montagem no Festival de Gramado - Mostra Gaúcha em 2007
- Menção Especial no Festival de Cine Ibero-americano de Huelva em 2007
- Menção Honrosa ABD&C no Curta Cinema em 2007
- Prêmio Porta Curtas no Curta Cinema em 2007

Professor, sempre que for trabalhar com um curta em sala de aula, evidencie informações paratextuais relativas ao filme, pois elas ajudam a potencializar a discussão. Por exemplo, vale perguntar para os alunos: Por que vocês acham que esse filme ganhou tantos prêmios? Dois desses prêmios foram de Fotografia e Montagem? Vocês sabem o que isso significa?

Professor, aqui é um bom momento para você introduzir dois conceitos cinematográficos, o de montagem e o de fotografia, referente à linguagem cinematográfica. O material abaixo, de fácil acesso e bastante didático, para ajudá-lo a contextualizar esses conceitos com os alunos. Essa discussão pode ser levada para o curta **A peste de Janice**.

Montagem: “Trata-se de colar uns após os outros, em uma ordem determinada, fragmentos do filme, os planos, cujo comprimento foi igualmente determinado de antemão. Essa operação é feita por um especialista, o montador, sob responsabilidade do diretor (ou do produtor, conforme o caso)”. (AUMONT; MARIE, 2007, p. 195-196)

Montagem: Para entender os tipos de montagens mais comuns no cinema, veja o vídeo **Cineclub – Montagem cinematográfica**.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TFs42aIMx6s>. Acesso em 24 de jul. 2020.

Direção de Fotografia: Para entender qual é a função do diretor de fotografia e, por consequente, da fotografia em um filme, veja o vídeo **O que é direção de fotografia?**

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=eWDp71n4qDE>. Acesso em 24 de jul. 2020.

Depois de assistir ao curta e comentar com os alunos aspectos da linguagem do filme, o professor, com a turma em círculo, deve falar um pouco sobre a história e sobre as personagens principais, buscando questionar os alunos sobre sua identificação com alguma delas.

Após um debate introdutório, o professor deve perguntar aos alunos: O que vocês fariam? Passariam ou não a peste da Janice? Essa pergunta é o ponto de partida para que os alunos discutam o curta e a questão da diferença. Que tipos de diferenças eles percebem no curta?

É importante discutir com os alunos que se, por um lado, a principal diferença é relativa a questões sociais, porque Janice é filha da faxineira da escola; por outro, a “peste” associada a ela pode funcionar como uma metáfora da exclusão social e escolar, referindo-se, assim, a outras diferenças.

Passo 4: No mural

Após assistirem ao curta e o discutirem, o professor deve dividir a turma em quatro grupos, identificados da seguinte forma:

Grupo 1: Diferença Econômica

Grupo 2: Diferença Cultural

Grupo 3: Diferença Sexual

Grupo 4: Diferença de Gênero

O professor pedirá para que os grupos criem um mural digital, usando a ferramenta <https://padlet.com/dashboard>, contendo dados relevantes da discussão promovida por seu grupo. O grupo deverá também traçar uma linha argumentativa, situando os documentos iniciais da atividade, a **Constituição Federal Brasileira** e a **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, o curta **A peste de Janice**, associando-os à diferença tratada em seu grupo. Cada grupo apresentará seu mural para a classe, retomando pontos importantes da discussão.

Recursos e materiais utilizados:

- **Documentos:** Constituição Federal Brasileira e Declaração Universal dos Direitos Humanos
- **Curta-metragem:** A peste de Janice
- **Vídeos auxiliares:** Montagem e Direção de Fotografia
- **Mural digital:** ferramenta <https://padlet.com/dashboard>

PLANO DE AULA

Curta: ILHA DAS FLORES

Link: http://portacurtas.org.br/filme/?name=ilha_das_flores.

Série / Segmento: Ensino médio

Carga horária: 4 aulas

Tema da aula: Desigualdade Social – Sou o que sou porque somos nós!

Área(s) de conhecimento (BNCC): Ciências Humanas e Sociais Aplicadas / Linguagens e suas Tecnologias

Competências gerais e competências específicas da área de conhecimento (BNCC):

Competências gerais:

4. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo. (BRASIL, 2018, p. 9)

9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza. (BRASIL, 2018, p. 10)

Competências específicas (Ciências Humanas e Sociais Aplicadas)

5. Identificar e combater as diversas formas de injustiça, preconceito e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os Direitos Humanos. (BRASIL, 2018, p. 570)

6. Participar do debate público de forma crítica, respeitando diferentes posições e fazendo escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade. (BRASIL, 2018, p. 570)

Competências específicas (Linguagens e suas Tecnologias)

1. Compreender o funcionamento das diferentes linguagens e práticas culturais (artísticas, corporais e verbais) e mobilizar esses conhecimentos na recepção e produção de discursos nos diferentes campos de atuação social e nas diversas mídias, para ampliar as formas de

participação social, o entendimento e as possibilidades de explicação e interpretação crítica da realidade e para continuar aprendendo. (BRASIL, 2018, p. 490).

2. Compreender os processos identitários, conflitos e relações de poder que permeiam as práticas sociais de linguagem, respeitando as diversidades e a pluralidade de ideias e posições, e atuar socialmente com base em princípios e valores assentados na democracia, na igualdade e nos Direitos Humanos, exercitando o autoconhecimento, a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, e combatendo preconceitos de qualquer natureza. (BRASIL, 2018, p. 490).

3. Utilizar diferentes linguagens (artísticas, corporais e verbais) para exercer, com autonomia e colaboração, protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva, de forma crítica, criativa, ética e solidária, defendendo pontos de vista que respeitem o outro e promovam os Direitos Humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável, em âmbito local, regional e global. (BRASIL, 2018, p. 490).

Conteúdo Programático: O objetivo é instigar os alunos a refletir sobre a desigualdade social tão fortemente presente no Brasil, alertando que ele é dono de uma voz e pode clamar por políticas públicas. Promover a empatia e trazer a igualdade prevista na **Constituição Federal Brasileira** e na **Declaração Universal dos Direitos Humanos**.

Sequência didática:

Passo 1: Aquecimento

Para iniciar as atividades relativas ao curta **Ilhas das flores**, é importante que o docente contextualize a proposta, identificando a importância de observar a crescente desigualdade social no Brasil. Para tanto, o professor deve apresentar aos alunos os artigos 1º, 3º, 6º e 23º da **Constituição Federal Brasileira** e os artigos 1º, 7º e 25º da **Declaração Universal dos Direitos Humanos** (DUDH), citados abaixo:

Art. 1º (Constituição Federal) A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: [...]

III - a dignidade da pessoa humana; [...]

Art. 3º (Constituição Federal) Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II - garantir o desenvolvimento nacional;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.

Art. 6º (Constituição Federal) São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Art. 23º (Constituição Federal) É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: [...]

IX - promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico;

X - combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos; [...]

Art. 1º (Declaração Universal dos Direitos Humanos) Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.

Art. 7º (Declaração Universal dos Direitos Humanos) Todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. Todos têm direito a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação.

Art. 25º (Declaração Universal dos Direitos Humanos) Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar-lhe, e a sua família, saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle.

Estes artigos devem ser discutidos de forma reflexiva com os alunos, objetivando iniciar um processo de **desnaturalização** dos procedimentos que resultam em posturas que banalizam a desigualdade social. Os alunos podem ser questionados pelo professor sobre a desigualdade social e a pobreza no Brasil. Sugere-se as seguintes perguntas motivadoras: (1) O que você entende como desigualdade social? (2) Você acha que nível aquisitivo social do Brasil é muito discrepante? (3) Qual é a extrema pobreza do Brasil e onde está localizada?

O professor deve estar atento para não fazer “juízo de valor” em relação às respostas dadas pelos alunos, sendo cuidadoso em suas intervenções.

Passo 2: Colocando a mão na massa

Professor, este momento tem por finalidade motivar os alunos a perceberem que os direitos humanos são para todos. Os alunos serão organizados em sete grupos e será entregue uma tarjeta (pode ser feita papel A4) na qual está uma frase comum, que traduz a ideia de direitos humanos para cada um dos grupos. Sugere-se que as frases para as tarjetas sejam as seguintes:

“Direitos Humanos não incluem deveres”;

“Direitos Humanos é coisa de pessoas que gostam de defender bandidos e marginais”;

“Direitos Humanos nascem com cada pessoa e não podem ser mudados”;

“Direitos Humanos incluem todas e cada pessoa, independente do que têm, da cor da pele, do sexo, da idade”;

“Direitos Humanos são as conquistas que os pobres fazem na luta”;

“Direitos Humanos não incluem certos tipos de pessoas (bandidos e marginais, por exemplo), são só para os ‘humanos direitos’”;

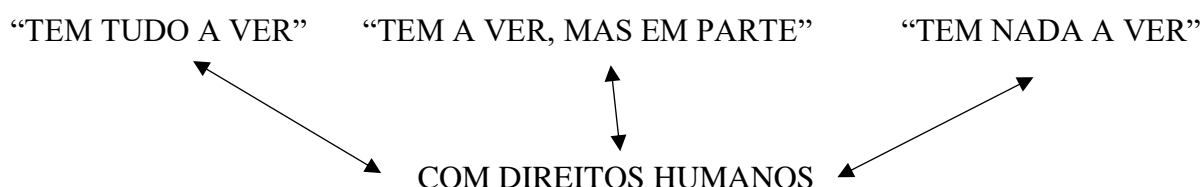
“Direitos Humanos são uma utopia que motiva a luta cotidiana por justiça e paz”.

“A essência dos Direitos Humanos é ‘o direito a ter direitos’”;

“Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade (Art. 1 Declaração Universal dos Direitos Humanos)”;

“Paz em todo lar, toda rua, toda aldeia, todo país — esse é o meu sonho. Educação para toda criança do mundo. Sentar numa cadeira e ler livros com todas as minhas amigas, em uma escola, é um direito meu. Ver todo ser humano com um sorriso de felicidade é o meu desejo (Malala)”.
 “A educação não é nem oriental nem ocidental. A educação é a educação e é um direito de cada ser humano (Malala)”.

Depois da divisão, o grupo é chamado a se pronunciar se a frase proposta:



Em seguida, você, Professor, convide os alunos a formar um círculo e solicite que cada grupo ponha a tarjeta com a alternativa escolhida no centro da roda. Os alunos devem ser convidados a lerem todas as tarjetas, em silêncio. Em seguida, os alunos devem ser motivados para que, ainda em grupos, debatam sobre o que foi conversado.

Perguntas orientadoras: (1) O que são Direitos Humanos?; (2) O que vem a sua cabeça quando escuta falar em direitos humanos?

Professor, incentive sempre o debate respeitoso com os colegas, estimulando que eles ouçam sempre os argumentos apresentados por todos!

Passo 3: Veja o curta!

Após realizado um pequeno debate sobre Direitos Humanos, o professor deve projetar o curta-metragem **Ilha das Flores**, acessado no link http://portacurtas.org.br/filme/?name=ilha_das_flores. O curta está disponível no **Portal Porta Curtas** e foi bastante premiado em festivais:

- Melhor Curta no Festival de Gramado em 1989
- Melhor Edição no Festival de Gramado em 1989
- Melhor Roteiro no Festival de Gramado em 1989
- Prêmio Crítica e Público no Festival de Clermont-Ferrand em 1991
- Prêmio da Crítica no Festival de Gramado em 1989
- Prêmio do Público na Competição "No Budget" no Festival de Hamburgo em 1991
- Urso de Prata no Festival de Berlim em 1990

Professor, sempre que for trabalhar com um curta em sala de aula, evidencie informações paratextuais relativas ao filme, pois elas ajudam a potencializar a discussão. Por exemplo, vale perguntar para os alunos: Por que vocês acham que esse filme ganhou tantos prêmios?

Professor, aqui é um bom momento para você introduzir um pouco de conhecimento cinematográfico aos alunos. Seria muito interessante se você solicitasse, para a próximo encontro com a turma, uma pesquisa detalhada sobre o gênero de que se trata o curta! Quais recursos para a sua produção foram usados à época?

Algumas pequenas críticas sobre o filme podem ajudar os alunos a pensarem a proposta do curta: Disponível em: [http://portacurtas.org.br/Elementos/647/Criticas ilha das flores.pdf](http://portacurtas.org.br/Elementos/647/Criticas_ilha_das_flores.pdf). Acesso em 30 de ago. 2020.

Após assistirem ao curta e discutirem algumas críticas relativa a ele, é necessário que você, Professor, divida a sala novamente em grupos e entregue a cada grupo uma cópia da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Eles terão alguns minutos para pensar no enredo do curta, para responder às seguintes questões:

Que direitos foram violados?

De quem foram os direitos violados?

Como esses direitos foram violados?

Gênero, faixa etária, raça, religião foram fatores determinantes?

Essas violações de direitos humanos afetam o pessoal da Ilha das Flores da mesma forma em que afetam as outras pessoas trazidas pelo curta?

Como isto se evidencia no cotidiano?

Quais são os direitos humanos que não são assegurados ao povo da Ilha das Flores?

Passo 4: “Somos o que somos porque somos nós!”

Após todo o trabalho de discussão sobre os Direitos Humanos, é necessário instigar os alunos a pensar mais ainda em Direitos Humanos. Para isso, você, Professor, pode solicitar aos grupos já formados que façam um pequeno trabalho audiovisual, da maneira que quiserem, abordando a seguinte temática: “Somos o que somos porque somos nós! – O que faço no meu cotidiano que lesa os Direitos Humanos de alguém ligado diretamente ou não a mim?”.

Para estimular e inspirar seus alunos, apresente a eles a filosofia Ubuntu! Ela pode ser melhor conhecida no vídeo “Somos o que somos, porque somos nós!”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ehiiEero4q4>. Acesso em 31 de ago. 2020.

O objetivo, Professor, é que os alunos criem um produto audiovisual, um vídeo, um documentário, um curta... mostrando como nossas escolhas cotidianas são capazes de lesar alguém.

Recursos e materiais utilizados:

- **Documentos:** Constituição Federal Brasileira e Declaração Universal dos Direitos Humanos

- **Curta-metragem:** Ilha das Flores

- **Vídeos auxiliares:**

“Críticas ao filme Ilha das Flores”. [http://portacurtas.org.br/Elementos/647/Criticas ilha das flores.pdf](http://portacurtas.org.br/Elementos/647/Criticas_ilha_das_flores.pdf).

“Somos o que somos, porque somos nós!”. <https://www.youtube.com/watch?v=ehiiEero4q4>.

PLANO DE AULA

Curta: 10 CENTAVOS

Link: http://portacurtas.org.br/filme/?name=10_centavos.

| | |
|---|-------------------------------|
| Série / Segmento: Ensino médio | Carga horária: 4 aulas |
| Tema da aula: O direito de ter direito à infância! | |
| Área(s) de conhecimento (BNCC): Ciências Humanas e Sociais Aplicadas / Linguagens e suas Tecnologias | |
| <p>Competências gerais e competências específicas da área de conhecimento (BNCC):</p> <p>Competências gerais:</p> <p>4. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo. (BRASIL, 2018, p. 9)</p> <p>9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza. (BRASIL, 2018, p. 10)</p> <p>Competências específicas (Ciências Humanas e Sociais Aplicadas)</p> <p>5. Identificar e combater as diversas formas de injustiça, preconceito e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os Direitos Humanos. (BRASIL, 2018, p. 570)</p> <p>6. Participar do debate público de forma crítica, respeitando diferentes posições e fazendo escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade. (BRASIL, 2018, p. 570)</p> <p>Competências específicas (Linguagens e suas Tecnologias)</p> <p>1. Compreender o funcionamento das diferentes linguagens e práticas culturais (artísticas, corporais e verbais) e mobilizar esses conhecimentos na recepção e produção de discursos nos diferentes campos de atuação social e nas diversas mídias, para ampliar as formas de participação social, o entendimento e as possibilidades de explicação e interpretação crítica da realidade e para continuar aprendendo. (BRASIL, 2018, p. 490).</p> <p>2. Compreender os processos identitários, conflitos e relações de poder que permeiam as práticas sociais de linguagem, respeitando as diversidades e a pluralidade de ideias e posições, e atuar socialmente com base em princípios e valores assentados na democracia, na igualdade e nos Direitos Humanos, exercitando o autoconhecimento, a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, e combatendo preconceitos de qualquer natureza. (BRASIL, 2018, p. 490).</p> <p>3. Utilizar diferentes linguagens (artísticas, corporais e verbais) para exercer, com autonomia e colaboração, protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva, de forma crítica, criativa, ética e solidária, defendendo pontos de vista que respeitem o outro e promovam os Direitos Humanos,</p> | |

a consciência socioambiental e o consumo responsável, em âmbito local, regional e global. (BRASIL, 2018, p. 490).

Conteúdo Programático: O objetivo é instigar os alunos a refletir sobre os direitos da criança, conforme previsto na **Constituição Federal Brasileira** e na **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, e sobre as condições sociais de muitas crianças no Brasil.

Sequência didática:

Passo 1: Aquecimento

Para iniciar as atividades relativas ao curta **10 centavos**, é importante que o docente contextualize a proposta, identificando a importância de se combater o trabalho infantil, fortalecendo a dignidade da Pessoa Humana e a proteção à criança. Para tanto, o professor deve apresentar aos alunos os artigos 1º, 3º, 6º e 23º da **Constituição Federal Brasileira** e os artigos 1º, 7º e 25º da **Declaração Universal dos Direitos Humanos** (DUDH), citados abaixo:

Art. 1º (Constituição Federal) A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: [...]

III - a dignidade da pessoa humana; [...]

Art. 3º (Constituição Federal) Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II - garantir o desenvolvimento nacional;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.

Art. 6º (Constituição Federal) São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Art. 23º (Constituição Federal) É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: [...]

IX - promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico;

X - combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos; [...]

Art. 1º (Declaração Universal dos Direitos Humanos) Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.

Art. 7º (Declaração Universal dos Direitos Humanos) Todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. Todos têm direito a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação.

Art. 25º (Declaração Universal dos Direitos Humanos) Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar-lhe, e a sua família, saúde e bem-estar, inclusive

alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle.

Estes artigos devem ser discutidos de forma reflexiva com os alunos, objetivando iniciar um processo de **conhecimento** da dignidade que homem e mulher têm por direito, destacando que isso alcança também as crianças. Além disso, o objetivo específico é promover uma reflexão sobre o trabalho infantil e a pobreza. Para estimular essa reflexão, que tal apresentar aos alunos alguns dados sobre o trabalho infantil no Brasil? As informações podem ser apresentadas a partir do site <https://www.chegadetrabalho infantil.org.br/>. Ao navegar pelo site com os alunos, dê especial atenção, professor, ao mapa do trabalho infantil, disponível em: <https://www.chegadetrabalho infantil.org.br/mapa-do-trabalho-infantil/>

Passo 2: Colocando a mão na massa

Professor, existem normas que proíbem o trabalho infantil. Como forma de promover o conhecimento de tais direitos, solicite aos alunos que, em pequenos grupos, pesquisem sobre os direitos e deveres da Criança e do Adolescente. Um bom documento para pesquisa é o **Estatuto da Criança e do Adolescente**, o ECA, disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069Compilado.htm. Como se trata de um documento estatutário, é importante que você ajude os alunos nessa tarefa. Uma sugestão é que cada pequeno grupo seja responsável pela leitura e discussão de um capítulo e/ou título do estatuto. Para isso, é preciso que você, professor, faça um recorte do documento, dando especial atenção aos direitos das crianças e dos adolescentes que te interessa tratar, sem deixar de observar as questões concernentes à proteção destes em relação ao trabalho e à exploração. A partir dessa discussão, peça que os alunos tragam exemplos concretos de omissão e/ou negação destes direitos. Uma nova pesquisa pode ser feita utilizando sites de busca, elencando reportagens que tematizem a violação dos direitos da criança e do adolescente.

Passo 3: Veja o curta!

Após o debate promovido entre os grupos, a partir dos dados levantados e das reportagens lidas, o professor deve projetar o curta metragem **10 Centavos**, acessado no link seguinte http://portacurtas.org.br/filme/?name=10_centavos, disponível em Porta Curtas.

Professor, sempre que for trabalhar com um curta em sala de aula, evidencie informações paratextuais relativas ao filme, pois elas ajudam a potencializar a discussão. Veja, por exemplo, que este curta participou de vários festivais:

- CineSul (2008);
- FICA (2008);
- Brazilian Film Festival of Toronto (2008);
- Mostra Cinema Conquista (2008);
- Goiânia Mostra Curta (2008);
- Festival internacional de cine de Alcalá de Henares - Alcine 38 - Espanha (2008);
- Mostra de Filmes do Fórum "Universidade, Juventude e Diversidade", Brasil (2008);
- Mostra Veja Cultura de Cinema (2008);
- Mostra Paulista de Cinema Nordestino (2008);
- Seoul International Youth Film Festival - Short Film Invited, Coréia (2008);

- Mostra de Curtas do Instituto Jubarte (2008); Short Film Corner - Festival de Cannes (2008);
- Festival International du Court Métrage Clermont-Ferrand, França (2008);
- Sua Nota É um Show - Cinema (2008);
- Festival Internacional de Cine Documental y Cortometraje de Bilbao (2008).

Além disso, o curta **10 centavos** foi bastante premiado:

- Melhor Ator no Festival Guarnicê de Cinema do Maranhão em 2008;
- Melhor Ator no Florianópolis Audiovisual Mercosul em 2008;
- Melhor direção no Festival Guarnicê do Maranhão em 2008;
- Melhor Ficção no Festival Guarnicê de Cinema do Maranhão em 2008;
- Melhor Filme Nacional - Júri popular no Festival Guarnicê de Cinema do Maranhão em 2008;
- Melhor Filme Nacional - Júri técnico no Festival Guarnicê de Cinema do Maranhão em 2008;
- Menção Especial do Júri no Seminário Internacional de Cinema e Audiovisual em 2008;
- Prêmio UNICEF no Festival Internacional de Cine Documental y Cortometraje de Bilbao em 2008;
- Troféu Jangada no Festival Guarnicê de Cinema do Maranhão em 2008;

Professor, destaque, com seus alunos, o Prêmio UNICEF. Será que os alunos sabem o que é UNICEF? É um bom momento para apresentá-los a esta importante entidade da ONU, que protege os direitos infantis.

Um dos aspectos que chama a atenção no curta **10 centavos**, do ponto de vista de sua linguagem, é o uso eficaz da trilha sonora, responsável por promover uma certa tensão no filme. Por um lado, a trilha sonora está ligada à dinâmica da vida do garoto, que precisa trabalhar para ajudar a família; por outro, é um dos momentos de expressão de solidariedade, com a bela imagem do guardador de carros regando as flores do florista adormecido.

Professor, na reportagem abaixo, que pode ser lida com seus alunos em sala de aula, vemos como a trilha sonora é importante para aclimatar um filme, ajudando na construção de sua narrativa. Ela tem uma importância fundamental, por exemplo, em filmes de terror! Há músicas que são compostas especialmente para alguns filmes; em outros casos, utiliza-se de músicas já existentes. Disponível em: <https://cinemacomrapadura.com.br/colunas/453900/o-poder-da-musica-no-cinema-quando-a-trilha-sonora-ajuda-na-narrativa-do-filme/>

Peça, após a leitura da reportagem e dos comentários dos alunos, que eles pensem em uma nova trilha sonora para o curta, destacando o trecho destacado acima. Qual música, já conhecida por eles, embalaria a cena? Como ela ajudaria na construção narrativa ou até mudaria o sentido da cena?

Passo 4: Lugar de criança/adolescente é na Escola!

Professor, é hora de instigar os alunos! Peça a eles que façam um levantamento de dados sobre o trabalho infantil na cidade em que moram. Estes dados podem não estar disponíveis, mas seria importante tentar obtê-los! Após isso, com dados da cidade e/ou de outras cidades do país, elaborem um texto manifesto, pedindo o fim do trabalho infantil!

Para isso, discuta com eles o que é um manifesto! Nos links abaixo, há material de apoio de fácil compreensão que pode auxiliar a todos nessa tarefa!

Disponível em: <https://www.significados.com.br/manifesto/>

Disponível em: <https://www.infoescola.com/literatura/manifesto/>

Recursos e materiais utilizados:

- **Documentos:** Constituição Federal Brasileira, Declaração Universal dos Direitos Humanos e Estatuto da Criança e do Adolescente

- **Curta-metragem:** 10 Centavos

- **Textos auxiliares:**

“Manifesto”. Disponível em: <https://www.infoescola.com/literatura/manifesto/>

“Significado de manifesto”. Disponível em: <https://www.significados.com.br/manifesto/>

“O poder da música no cinema: quando a trilha sonora ajuda na narrativa do filme”. Disponível em: <https://cinemacomrapadura.com.br/colunas/453900/o-poder-da-musica-no-cinema-quando-a-trilha-sonora-ajuda-na-narrativa-do-filme/>

Quanto à aplicação do material/produto educacional, destacamos que esta se deu na Prática de Estágio Supervisionado, no total de 30 horas, realizada no Colégio de Aplicação da Universidade Vale do Rio Verde, em Três Corações/MG, no período de abril a outubro de 2020, atendendo, conforme o Plano de Trabalho, a diversas etapas, entre elas a escrita e as revisões das propostas didáticas.²⁵ Observamos que a Prática de Estágio Supervisionado diz respeito ao “Acompanhamento *in loco* do mestrando, por parte do orientador, na implementação em sala de aula da proposta que resultará no trabalho de conclusão e do produto educacional por ele gerado”.²⁶ Nesse sentido, destacamos, conforme descrito no artigo 11, da Resolução 001/2020, do Programa de Mestrado em Gestão, Planejamento e Ensino, que é tarefa do Professor orientador da pesquisa validar as atividades do estágio, atribuindo conceito satisfatório/insatisfatório e frequência suficiente/insuficiente após a realização do mesmo.

Do Plano de Trabalho, destacamos reuniões realizadas com a Direção da instituição e com a Professora Regente da turma escolhida para aplicação do material/produto educacional.

²⁵ Conforme Resolução 001/2020, relativa à Prática de Estágio, em seu artigo 6.º, “A carga-horária do componente curricular ‘Prática de Estágio Supervisionado’ poderá ser atribuída a diversas atividades a serem realizadas pelo discente de pós-graduação do Mestrado Profissional em Gestão, Planejamento e Ensino, entre as quais: I. Planejamento das atividades previstas na Prática de Estágio; II. Visitas em IEs de Educação Básica para sondagem da possibilidade de realização de Prática de Estágio; III. Reuniões com diretores, coordenadores, secretários de educação, professores, cuja pauta é a realização da Prática de Estágio; [...] V. Apresentação, teste, aplicação ou desenvolvimento do produto em IEs de Educação Básica; [...]”. Disponível em: https://www.unincor.br/images/arquivos_mestrado_gestao_planejamento_ensino/resolucao-de-pratica-estagio.pdf. Acesso em 23 de out. 2020.

²⁶ Disponível em: <https://www.unincor.br/ementa-das-disciplinas-mestrado-gestao-planejamento-ensino#disciplinas-obrigatorias>. Acesso em 23 de out. 2020.

Nessas reuniões, foi feita a apresentação do website Curta os Direitos Humanos, bem como da proposta da dissertação, relacionando-a à produção de um material/produto educacional citado, voltado para a capacitação de professores do Ensino Médio para o estudo dos DH a partir do uso de curtas metragens.

Ainda que a apresentação do material/produto educacional para os referidos agentes escolares já atendesse às expectativas do Estágio, optamos, com a anuência da Professora Regente, por aplicar uma das propostas didáticas em sala de aula, sendo escolhida uma turma de segundo ano do Ensino Médio, composta por 22 alunos, os quais estavam presentes virtualmente no dia da aplicação. O componente curricular ao qual se relacionou a proposta foi Língua Portuguesa, particularmente a aula de Redação. A Professora Regente participou da escolha da proposta didática e da sala na qual seria aplicada. Foi escolhida a proposta didática referente ao curta metragem **Amapô**, sendo realizada a atividade no dia 22 outubro de 2020, de modo remoto.²⁷ Para a aplicação da proposta didática foi utilizado o método da observação em relação à participação dos alunos e da própria Professora Regente no andamento da atividade. Os alunos participaram de forma ativa, utilizando o chat da plataforma Google Meet. Alguns preferiram utilizar o áudio e a câmera. Em diversos momentos, a Professora Regente interagiu com os alunos, retomando aspectos discutidos na proposta didática que haviam sido comentados em aulas anteriores, como a questão relativas a desigualdades e estereótipos de gênero. Muitos alunos dominavam inclusive termos da comunidade LGBTQI+ relativos à identidade de gênero. A interação entre os colegas e entre pesquisadores e alunos/ Professora Regente foi amistosa e gentil. Alguns alunos recomendaram vídeos e reportagens sobre desigualdade salarial entre homens e mulheres aos próprios colegas, evidenciando que questões referentes a gênero são de conhecimento deles e refletidas nos espaços sociais que frequentam.

Ao final da Prática de Estágio Supervisionado, foi atribuído conceito satisfatório e frequência suficiente mediante os documentos comprobatórios necessários e o acompanhamento da Professora orientadora da pesquisa/do material/produto educacional, conforme orientação do artigo 11, parágrafo 2.º, da resolução 001/2020, já citada, que dispõe que sobre os critérios de avaliação.²⁸

²⁷ Ainda que a pesquisa não tenha sido construída por meio de coleta de dados envolvendo humanos, ela foi apreciada, antes da Prática de Estágio Supervisionado, pelo comitê de ética da instituição, que liberou a pesquisa, com o seguinte parecer: “Comitê de Ética em Pesquisa não avalia projetos de Estágio obrigatório, ficando o mesmo sobre a supervisão e avaliação do Curso/Coordenador responsável. Conforme a Resolução nº 466/12 o CEP/CONEP avaliam pesquisas que envolvem seres humanos de forma direta ou indireta no âmbito ético. A pesquisa em questão trata-se de revisão de literatura e não haverá coleta de dados.”. CAAE: 39329820.8.0000.5158 / Número do Parecer: 4.348.121.

²⁸ “O critério de avaliação da Prática de Estágio Supervisionado será a adequação do Plano de Trabalho à proposta do projeto de pesquisa do pós-graduando, a apresentação, o teste, a aplicação e/ou o desenvolvimento do produto

REFERÊNCIAS

ALVES, José Augusto Lindgren. A Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Social e os paradoxos de Copenhague. **Rev. Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 40, n. 1, p. 142-166, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73291997000100006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 23 de fev. de 2020.

ALVES FILHO, Manuel. Base curricular é conservadora, privatizante e ameaça autonomia, avaliam especialistas. **Jornal da Unicamp**, Campinas, 4 dez, 2017. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/ju/noticias/2017/12/04/base-curricular-e-conservadora-privatizante-e-ameaca-autonomia-avaliam>. Acesso em: 24 out. 2020.

APPLE, Michael. Repensando ideologia e currículo. In: MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa; SILVA, Tomaz Tadeu da. (org.). **Currículo, cultura e sociedade**. Trad. de Maria Aparecida Baptista. São Paulo: Cortez, 2002.

ARAÚJO, Rogério Bianchi De. Alteridade e Conhecimento na Linguagem do Cinema. **Rev. Poíesis Pedagógica**, Catalão, v. 6, n. 1, p. 33-50, 2010. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/poiesis/article/view/10837>. Acesso em: 18 de jan. de 2020.

AUMONT, Jacques; MARIE, Michel. **Dicionário teórico e crítico de cinema**. 2. ed. Trad. Eloisa Araújo Ribeiro. Campinas: Papyrus, 2006.

AZEVEDO, Nelma Menezes Soares de. **Leitura literária e transdisciplinaridade: uma ponte possível para os Direitos Humanos com crianças em sala de aula**. Recife: Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2017. Disponível em: <http://www.tede2.ufrpe.br:8080/tede2/bitstream/tede2/5304/2/Nelma%20Menezes%20Soares%20de%20Azevedo.pdf>. Acesso em 15 out. de 2019.

BARBOSA, Diogo José De Moraes Lopes. **Cinema no contexto escolar: por uma pedagogia da criação**. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2018. Disponível em: https://www.udesc.br/arquivos/ceart/id_cpmenu/6635/DIOGO BARBOSA_PROFARTES_UFPB_15561141856324_6635.pdf. Acesso em 15 de mai. de 2020.

BÉVORT, Evelyne. BELLONI, Maria Luiza. Mídia-educação: conceitos, história e perspectivas. **Rev. Centro de Estudos Educação e Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 109, p. 1081-1102, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v30n109/v30n109a08.pdf>. Acesso em: 05 de fev. de 2020.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do:** texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nos 1/1992 a

in loco em IEs de Educação Básica, bem como a avaliação desses procedimentos realizados in loco, sob a forma de questionários, entrevistas, avaliações, sugestões e críticas para melhoria da aplicabilidade do produto do pós-graduando”. Disponível em: https://www.unincor.br/images/arquivos_mestrado_gestao_planejamento_ensino/resolucao-de-pratica-estagio.pdf. Acesso em 23 de out. 2020. Como o material educacional proposto tem como público alvo docentes do Ensino Médio para uso em sala de aula, a avaliação foi feita considerando as informações prestadas pela Professora Regente, em sua percepção da Prática de Estágio Supervisionado, registradas no próprio website Curta os Direitos Humanos.

106/2020, pelo Decreto Legislativo nº 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/1994. 35. ed. Brasília: Câmara dos Deputados/ Edições Câmara, 2020.

BRASIL, **LDB – Leis de Diretrizes e Bases**. Lei nº 9.394. Brasília, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 20 de mai. de 2019.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 22 de dez. de 2019.

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/2191-plano-nacional-pdf/file>. Acesso em: 04 de mar. de 2020.

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/educacao-em-direitos-humanos/DIAGRMAOPNEDH.pdf>. Acesso em: 09 de mar. de 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 09 de jun. de 2019.

BRASIL. LEI Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional**, Brasília-DF, dez 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 23 out. 2020.

BRASIL. **Plano Nacional em Educação em direitos humanos**. 2003. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/dados/pp/edh/br/pnedh1/apresenta_pnedh.htm. Acesso em: mai. de 2020.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: arte / Secretaria de Educação Fundamental**. Brasília: MEC/SEF, 1997. 130 p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro06.pdf>. Acesso em: 15 de jul. de 2019.

BUENO, Rosa Elena. **“Capitães da Areia” de Ontem e hoje: uma releitura à luz Dos Direitos Humanos**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2014. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/37145?show=full>. Acesso em: 12 de abr. de 2019.

CÂNDIDO, Rita de Kássia. GENTILINI, João Augusto. Base Curricular Nacional: reflexões sobre autonomia escolar e o Projeto Político-pedagógico. **Rev. Brasileira de Política e Administração da Educação**. Porto Alegre, v.33, n.2, p. 323-336, 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/70269>. Acesso em 10 de fev. de 2020.

CARDOSO, Fernando da Silva. **Mediação de conflitos escolares: contribuições da educação em direitos humanos no enfrentamento à violência**. Recife: Universidade Federal de

Pernambuco, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/15004>. Acesso em: 13 de ab. de 2020.

CARMO, Cláudio Márcio do. Grupos minoritários, grupos vulneráveis e o problema da (in)tolerância: uma relação linguístico-discursiva e ideológica entre o desrespeito e a manifestação do ódio no contexto brasileiro. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 64, p. 201-223, ago. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rieb/n64/0020-3874-rieb-64-0201.pdf>. Acesso em: 24 out. 2020.

CARVALHO, Janete Magalhães; SILVA, Sandra Kretli da; DELBONI, Tânia Mara Zanotti Guerra Frizzera. A base nacional comum curricular e a produção biopolítica da educação como formação de “capital humano”. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v.15, n.2, p. 481 – 503 abr./jun. 2017. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/curriculum/article/view/27679>. Acesso em: 24 out 2020.

CASTRO, Mariana Dinelly de; PEREIRA, Alber Pascoal. LUÍNDIA, Luiza Elayne Azevedo. Cinema como ferramenta de ensino: entretenimento e fruição, por um cinema inteligente. **Rev. do X Congresso de Ciências da Comunicação na Região Norte**, Boa Vista, v. 5, n. 5, p. 01-14, 2011. Disponível em: <http://intercom.org.br/papers/regionais/norte2011/resumos/R26-0055-1.pdf>. Acesso em: 7 abr. de 2020.

CHAUÍ, Marilena. Direitos Humanos e Educação. **Congresso sobre Direitos Humanos**, Brasília, p. 1-14, 2006. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/educar/1congresso/1_c2006_marilena_chau_i.pdf. Acesso em: 11 fev. 2020.

COELHO, Roseana Moreira de Figueiredo; VIANA, Marger da Conveição Ventura. A utilização de filmes em sala de aula: um breve estudo no Instituto de Ciências Exatas e Biológicas da UFOP. **Revista da Educação Matemática**, Guarulhos, v. 1, s/n, p. 89-97, 2011. Disponível em: <http://www.cead.ufop.br/jornal/index.php/redumat/article/view/334/291>. Acesso em: 19 de mar. de 2020.

CONTI, Thomas. **Os conceitos de violência direta, estrutural e cultural**. 2016. Disponível em: <http://thomasvconti.com.br/2016/os-conceitos-de-violencia-direta-estrutural-e-cultural/>. Acesso em: 17 jan. 2019.

CÓSSIO, Maria de Fátima. Base Comum Nacional: uma discussão para além do currículo. **Revista E-curriculum**, São Paulo, v. 12, n. 3, 2014. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/21669>. Acesso em: 24 out. 2020.

CUPERTINO, Maria Amélia. Empatia na discórdia. **A importância da empatia na educação**. São Paulo: Instituto Alana, s/d.

DIAS, Diego Corrêa Lima de Aguiar. **Direitos Humanos em sala de aula**: a compreensão de professores sobre a aliança entre as suas disciplinas escolares e a EDH. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2017, p. 17-52. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/32243/32243.PDF>. Acesso em: 20 de nov. de 2019.

DOURADO, Luiz Fernandes; SIQUEIRA, Romilson Martins. A arte do disfarce: BNCC como gestão e regulação do currículo. **Revista Brasileira de Política e Administração da**

Educação, Porto Alegre, v. 35, n. 2, p. 291-306, maio/ago, 2019. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpa/article/view/vol35n22019.95407>. Acesso em: 24 out. 2020.

DUARTE, Rosália. **Cinema e educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. 9 ed. Trad. Eduardo Lúcio Nogueira. Lisboa: Ed. Presença, 2004.

FABRIS, Elí Henn. Cinema e Educação: um caminho metodológico. **Rev. Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 33, n. 1, p. 117-134, 2008. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/6690/4003>. Acesso em: 23 de fev. de 2020.

FANTIN, Mônica. Mídia-educação e cinema na escola. **Rev. Teias**. Rio de Janeiro, v. 8, n. 15-16, p. 1-13, 2007. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/24008/16978>. Acesso em: 12 de jan. de 2020.

FANTIN, Mônica. Mídia-educação: aspectos históricos e teórico-metodológicos. **Olhar de Professor**, Ponta Grossa, v. 14, n. 1, p. 27-40, 2011. Disponível em: <https://www.revistas2.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/3483>. Acesso em: 23 de mar. de 2020.

FLORÊNCIO, Cleverson; PEREIRA, Cilene Margarete. Curta-metragem brasileiro e educação em direitos humanos: reflexão sobre questões de Gênero e de Exclusão Social. **Rev. Literatura em Debate**, Frederico Westphalen, v. 14, n. 26, p. 159-178, 2020. Disponível em: <http://revistas.fw.uri.br/index.php/literaturaemdebate/article/view/3516>. Acesso em: 23 de jan. de 2020.

FLORÊNCIO, Cleverson; PEREIRA, Cilene Margarete Pereira. Site Curta os Direitos Humanos: o curta-metragem brasileiro como reflexão sobre Direitos Humanos (uma proposta de produto educacional). In: NASCIMENTO, Luciana; LIMA, Marcelo Leal; MAIA, Willianice (org.). **Tempos de escrita**. Rio de Janeiro: Ed. Letras versos, 2020.

FREITAS, Alexandre de; COUTINHO, Karyne Dias Coutinho. Cinema e educação: o que pode o cinema? **Rev. Educação e Filosofia**, Uberlândia, v. 27, n. 54, p. 477-502, 2013. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/14174>. Acesso em: 04 de abril de 2020.

GOMES, David Francisco Lopes. **Fundamentação em Direitos Humanos e Cidadania** (v. 1). Belo Horizonte: Marginália Comunicação, 2016. (Coleção Cadernos de Direitos Humanos: Cadernos Pedagógicos da Escola de Formação em Direitos Humanos de Minas Gerais). Disponível em: http://www.social.mg.gov.br/images/Direitos_humanos/Cadernos_Direitos_Humanos/Livro%2001.pdf. Acesso em 10 de jul. 2019.

JESUS, Heyde Aparecida Pereira de. **Educação em Direitos Humanos e escola pública: um caminho a ser construído**. Marília: Universidade Estadual Paulista, 2011. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/96353>. Acesso em: 26 de mar. de 2019.

KRZNARIC, Roman. O poder radical da empatia. **O poder da empatia: a arte de se colocar no lugar do outro para transformar o mundo.** Trad. Maria Luiza Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2005. Disponível em: https://zahar.com.br/sites/default/files/arquivos/Trecho_OPoderdaempatia.pdf. Acesso em 10 de jan. de 2020.

LARRUSCAN, Ida Ourica dos Santos; OLIVEIRA, Maria Angélica Figueiredo. **O cinema como ferramenta de auxílio no processo de ensino-aprendizagem.** Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2011. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/2576/Larruscain_Ida_Ourica_dos_Santos.pdf. Acesso em: 7 ab. 2020.

LIMA, Daniel Rodrigues de. Cinema e História: O filme como recurso didático no ensino/aprendizagem da História. **Rev. Historiador**, Porto Alegre, v. 7, n. 7, p. 94-108, 2015. Disponível em: <http://www.historialivre.com/revistahistoriador/sete/7daniel.pdf>. Acesso em: 15 de mar. de 2020.

LOPES, José de Souza Miguel. Cinema e educação: o diálogo de duas artes. **Rev. Scias Arte/Educação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1., p. 02-14, 2013. Disponível em: <http://revista.uemg.br/index.php/SCIAS/article/view/405>. Acesso em: 14 de mar. de 2020.

MACEDO, Elizabeth. Base Nacional Curricular Comum: novas formas de sociabilidade produzindo sentidos para educação. **Revista e-curriculum**, São Paulo, v. 12, n. 3, 2014. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/curriculum/article/view/21666>. Acesso em: 14 de mar. de 2020.

MAGRI, Cledir Assisio. **A Educação em, com e para os Direitos Humanos a partir de Paulo Freire.** Disponível em: http://www.dhnet.org.br/educar/textos/magri_edh_com_para_dh_paulo_freire.pdf. Acesso em: 17 de fev. de 2020.

MARTINS, Maxwell Gonçalves. A produção audiovisual no cenário educativo contemporâneo: uma experiência de expressão da subjetividade. **Portal Educação**, s/d. Disponível em: <https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/biologia/a-producao-audiovisual-no-cenario-educativo-contemporaneo-uma-experiencia-de-expressao-da-subjetividade/59489>. Acesso em: 01 de abril de 2020.

MARTINS, Thiago Penido Martins; BRAZ, Vírginia Lara Bernades. As transformações nas relações de trabalho, a reforma trabalhista e a proibição ao retrocesso social. **Rev. Direito e desenvolvimento**, João Pessoa, v. 9, n. 2, p. 96-117, 2018. Disponível em: <https://periodicos.unipe.br/index.php/direitoedesenvolvimento/article/view/675>. Acesso em: 13 de mai. de 2020.

NAPOLITANO, Marcos. **Como usar o cinema na sala de aula.** São Paulo: Contexto, 2003.

NATALINO, Marco Antônio, ANDRADE, Carla Coelho de, DUARTE, Bruno Carvalho, CASTRO, Paulo. Constituição e política de direitos humanos: antecedentes, trajetórias e desafios. **Rev. Repositório do Conhecimento do IPEA**, Brasília, s/v, s/v, p. 67-131, 2009. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/4326>. Acesso em: 13 de set. de 2019.

NICHOLS, Bill. **Introdução ao documentário**. 5. Ed. Tradução Mônica Saddy Martins. Campinas: Papyrus, 2010. Disponível em: <https://cadernoselivros.files.wordpress.com/2016/08/nichols-b-introduc3a7c3a3o-ao-documentc3a1rio.pdf>. Acesso em: 23 de jan. de 2019.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Paris, 1948. Disponível em: <http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf>. Acesso em: 17 set. 2019.

PAZIANI, Rodrigo Ribeiro. A quem serve a Base Nacional Comum Curricular?: dos apontamentos críticos na área de ciências humanas à análise específica do curso de História (Unioeste). **Revista Temas & Matizes**, Cascavel, v. 11, n. 20, p. 44-65, jan/jun, 2017. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/temasmatizes/article/view/17096>. Acesso em: 24 out. 2020.

PEREIRA, Cilene Margarete; CAVALCANTI, Luciano Marcos Dias. Reflexões sobre Literatura, Direitos Humanos e Ensino a partir do texto literário. **Rev. Interfaces**. Guarapuava, v. 10, n. 4, p. 65-74, 2019. Disponível em: https://revistas.unicentro.br/index.php/revista_interfaces/article/view/6020/4373. Acesso em: 13 de maio de 2020.

RABENHORST, Eduardo. O que são Direitos Humanos? In: SILVEIRA; Rosa Maria Godoy; DIAS, Adelaide Alves; FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra; FEITOSA, Maria Luíza Pereira de Alencar Mayer; ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares (Org.). **Educação em Direitos Humanos: fundamentos teórico-metodológicos**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2007. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/livros/edh/br/fundamentos/index.htm>. Acesso em 20 de mar. 2020.

RAMOS, Fernão Pessoa. **Mas afinal... O que é mesmo cinema documentário**. São Paulo: Senac, 2008.

RAMOS, Hugo Souza Garcia; RODRIGUES, Alexsandro. A conexão entre cinema e educação: por uma pedagogia das afecções. **Rev. Linha Mestra**, Campinas, v. 18, n. 28, p. 79-85, 2016. Disponível em: https://linhamestra28.files.wordpress.com/2016/06/09_conexao_entre_cinema_e_educacao_por_uma_pedagogia_das_afeccoes_hugo_souza_garcia_ramos.pdf. Acesso em: 30 de mai. de 2020.

REALE, Miguel. **Teoria Tridimensional do Direito**. 5. Ed. São Paulo: Saraiva, 1994.

SANTOS, Dayvid de Farias. **A educação em Direitos Humanos como direito na educação básica**. Maceió: Universidade Federal de Alagoas, 2016, p. 22-63. Disponível em: <http://www.repositorio.ufal.br/bitstream/riufal/2913/1/A%20educa%C3%A7%C3%A3o%20em%20direitos%20humanos%20como%20direito%20na%20educa%C3%A7%C3%A3o%20b%C3%A1sica.pdf>. Acesso em: 13 de nov. de 2019.

SILVA, Ana Paula Rodrigues, DAVI, Tania Nunes. O recurso cinematográfico como ferramenta em sala de aula. **Cadernos da Fucamp**, Monte Carmelo, v. 11, n. 14, p. 21-36,

2012. Disponível em: <http://www.fucamp.edu.br/editora/index.php/cadernos/article/view/162>. Acesso em: 7 abr. de 2020.

SODRÉ, Muniz. Por um conceito de minoria. In: PAIVA, Raquel; BARBALHO, Alexandre. **Comunicação e cultura das minorias**. São Paulo: Paulus, 2005.

TAIAR, Rogério. **Direito internacional dos direitos humanos**: uma discussão sobre a relativização da soberania face à efetivação da proteção internacional dos direitos humanos. São Paulo: Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2009. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2140/tde-24112009-133818/pt-br.php>. Acesso em: 30 de mai. de 2020.

TUFTE, Birgitte. CHRISTENSEN, Ole. Mídia-Educação – entre a teoria e a prática. **Rev. Perspectiva**, Florianópolis, v. 27, n. 1, p. 97-118, 2010. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2009v27n1p97>>. Acesso em: 07 jul. 2020.

UNESCO. **Plano de Ação**: Programa Mundial para educação em direitos humanos. Nova York e Genebra, 2006. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/dados/textos/edh/br/plano_acao_programa_mundial_edh_pt.pdf. Acesso em: 06 de fev. de 2020.

UNESCO. **Recomendação sobre a Educação para a Compreensão, Cooperação e Paz Internacionais e a Educação relativa aos Direitos Humanos e Liberdades Fundamentais**. Paris, 1974. Disponível em: <http://direitoshumanos.gddc.pt/3_20/IIIPAG3_20_2.htm>. Acesso em: 15 de fev. de 2020.

VIEIRA, Oscar Vilhena; DUPREE, A. Scott. Reflexões acerca da sociedade civil e dos direitos humanos. **Sur**. Revista Internacional de Direitos Humanos, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 48-69, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sur/v1n1/a04v1n1.pdf>. Acesso em: 23 out. 2020

ZLUHAN, Mara Regina; RAITZ, Tânia Regina. A educação em direitos humanos para amenizar os conflitos no cotidiano das escolas. **Rev. Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 95, n. 239, p. 31-54, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-66812014000100003&lng=en&nrm=iso. Acesso em 23 de mar. de 2020.

CURTAS METRAGENS

A PESTE DE JANICE. Direção: Rafael Figueiredo. Brasil: 2007. 15 min. Color.

AMAPÔ. Direção: Kiko Goifman. Brasil: 2008. 12 min. Color.

ILHA DAS FLORES. Direção: Jorge Furtado. Brasil: 1989. 13 min. Color.

RUA SÃO PAULO. Direção: Daniel Massaranduba e Guilherme Ribeiro. Brasil: 2002. 16 min. Color.

10 CENTAVOS. Direção: Cesar Fernando de Oliveira. Brasil: 2007. 19 min. Color.

